Urbanização pombalina no Ceará: a paisagem da vila de Montemor-o-Novo d'América (*)

José Liberal de Castro (**)

Resumo

Este texto trata de permanências e mutações de uma paisagem urbana. Tem como alvo de estudo a cidade cearense de Baturité, a antiga Vila Real de Montemor-o-Novo d'América, erigida como "vila de índios" em 14 de abril de 1764, no reinado de Dom José I, e definida por um traçado regular projetado pelo engenheiro Custódio Francisco de Azevedo. Desenhos semelhantes, que às vezes absorviam proposições da engenharia militar portuguesa de fins do século XVII, como parece ser o presente caso, cumpriam normas de organização espacial expedidas pelo Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (Lisboa, 1699 - Quinta de Pombal, 1782), cujo terceiro centenário de nascimento transcorre neste ano de 1999.

Marcado por quatro fases distintas, o processo de expansão física, inicialmente em malha regular, depois se tornou espontâneo, subindo às próprias abas da serra. Ante tais circunstâncias, a apreensão sensorial integrada da atual paisagem urbana assume especial variedade sincrônica e diacrônica.

Discussões em torno da origem e do significado da palavra *paisagem* não são novas. Num sentido restrito, subentende a pintura de "países", isto é, a representação pictórica de regiões com aspectos ambientais, homogêneos. O tempo deu ao vocábulo conotações tais como paisagem natural, paisagem urbana, que é artificial, porque

(*) Comunicação resumidamente apresentada, sem citações e nem transcrições, no 1º. Colóquio Internacional de História da Arte - *Paisagem e Arte / a Invenção da Natureza, a Evolução do Olhar*, promovido em São Paulo, entre 5 e 10 de setembro de 1999, pelo Comitê Brasileiro de História da Arte, do qual o autor é membro. O autor apresenta reconhecidos agradecimentos pela inestimável ajuda prestada pelo professor Vinicius Holanda de Barros Leal, sócio efetivo do Instituto do Ceará, na elucidação de fatos pouco conhecidos na história de Baturité.

(**) Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

edificada; paisagem social; paisagem política. Tanto a paisagem natural como a paisagem urbana existem por si. Não são representações, e por isto despertam as mais diferentes reações, interpenetradas de vivências. Variam com as circunstâncias, com os observadores, gerando conceitos subjetivos, pessoais.

Este trabalho não se ocupa propriamente com paisagem natural nem com paisagem representada. Lida com paisagem construída. Apresenta indagações, por certo impregnadas de uma visão de arquiteto, sempre correlacionada com especulações operativas. Algumas vezes, visa à reconstituição de paisagens modificadas ou desaparecidas, recompondo espaços imaginados com apoio em representações mapográficas. Por tal razão, é possível que o fato de tentar reconstituí-los *in abstracto* talvez dificulte comunicar a terceiros a recriação mental do expositor.

No presente caso, concernente à cidade de Baturité, verifica-se que a atual paisagem urbana nasce de uma seqüência de conjuntos de espaços característicos, estabelecidos no correr do tempo e mais ou menos mantidos consoante as propostas originais. Esses espaços refletem sistemas de organização formal condicionantes. Assim, pode-se dizer que os mais antigos procedem de determinações oficiais portuguesas, enquanto aqueles implantados em seguida, e fisicamente contíguos, são cópias dos primeiros. Espaços urbanos periféricos surgem em épocas posteriores, adaptados ao relevo oferecido à expansão da cidade, todavia já parcialmente integrados à paisagem natural circundante.

Antecedentes históricos

Abandonado durante longo período, o Ceará conheceu colonização tardia. De um lado, porque suas praias arenosas pareciam denunciar forte empecilho à exploração econômica, particularmente à agro-indústria do açúcar. Do outro, porque a costa, na parte que se estende entre o norte cearense e o trecho dunoso do litoral do Maranhão, ficava sujeita a um regime de correntes e ventos pouco propícios às viagens marítimas à vela, fato que dificultou a expulsão dos franceses instalados na região nos primeiros anos dos seiscentos.

A fim de contornar o impasse nas comunicações, foram posteriormente estabelecidas rotas diretas de São Luís e de Belém a Lisboa, que resultaram na bipartição da América Portuguesa em dois "Estados". Um, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com capital em Belém. Outro, o do Brasil, com sede na cidade do Salvador da Bahia. O Ceará, situado em ponto ambíguo, pertenceu inicialmente ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, passando a integrar o Estado Brasil depois de expulsos os holandeses.

Em ambas as situações, a Capitania sempre foi vista com total desinteresse. A presença lusitana reduzia-se a um precário forte, perdido em longínquas praias arenosas, forte junto do qual veio a se expandir a capital cearense. Deste modo, somente no transcorrer do século XVIII, quando a pecuária invadiu os sertões, verificou-se um processo de ocupação demográfica, ampla e generalizada, porém com população rarefeita e marcada pela baixa rentabilidade econômica. Ainda assim, para que tal ocorresse, impuseram-se a aculturação, a expulsão ou o extermínio dos índios que ocupavam o interior da Capitania.

Os tapuias

Dois grupos de indígenas pareciam mais numerosos no Ceará. Um, formado pelos moradores da costa constituído por tribos de tabajaras e potiguaras, que diziam falar o *nheengatu*, a boa fala, a bela fala (mais conhecido por "tupi"). No interior, vivia outro grupo, de tribos nômades, belicosas, conhecidas genericamente por tapuias [1], índios de "fala travada", como eram denominados pelos seus adversários litorâneos. Havia também algumas tribos isoladas e dispersas, expressando-se com línguas próprias.

Acossados por fazendeiros e vaqueiros que tangiam gado em busca de pasto, os tapuias de vasta área do Rio Grande do Norte e do Ceará uniram-se num pacto de sobrevivência, interpondo-se

[1] Tapuia era uma designação despreziva, aplicada pelos índios do litoral aos do sertão, que falavam línguas diferentes da sua. Significava bárbaro, inimigo ou, mais precisamente, escravo. Indefinida, essa divisão parece pouco aceitável a muitos antropólogos.

obstinadamente à ocupação das terras que ocupavam, embora, vez por outra, instigados pelos colonizadores, continuassem a lutar entre si. No último quartel do século XVII, após vários entrechoques com tropas locais, sempre engrossadas por índios mansos, as tentativas de entendimento não conseguiram êxito, mesmo porque, em muitas ocasiões, as propostas de apaziguamento oferecidas aos tapuias, particularmente aos chamados paiacus, constituíam armadilhas para aprisioná-los. As tropas do Terço de Paulistas do Mestre de Campo Manuel Alves de Morais Navarro, convocadas para pacificação dos índios, enveredaram por ações declaradamente punitivas, transformadas em brutais chacinas. Um dos morticínios que vitimaram os belicosos paiacus em 1699 provocou revoltado clamor da Igreja e de autoridades civis, tendo redundado em prisão e excomunhão do comandante paulista. Anteriormente, o Mestre de Campo tinha andado em Palmares por convite de Domingos Jorge Velho. Uma vez concluídas as tarefas de extinção dos quilombos, resolveu empreitar serviço com as autoridades do governo de Pernambuco, passando a agir violentamente em terras cearenses e rio-grandenses do norte.

***

Apesar dos massacres, ainda assim, muitas tribos tapuias tomavam iniciativa nas ações, continuando a opor tenaz resistência, somente amortecida por volta da segunda década dos setecentos [2]. Dessa época em diante, os índios remanescentes conheceram destinos diversos, embora ficassem em boa parte incorporados às tarefas de pastoreio, que então se iniciavam. Muitos foram reunidos em pequenos aldeamentos constituídos por missioná-

[2] Os problemas ocorridos durante o século XVII e começos do século XVIII com os índios no território cearense constitui matéria tratada por vários historiadores. Pela forma resumida mas abrangente e pelo rigor expositivo, pedem citação as *Notas históricas sobre os indígenas cearenses*, de Carlos Studart Filho (Rev. Inst. Ceará, t .45, 1931, p. 53-103), que desenvolvem tema aliás seguidamente revisitado pelo historiador em suas longas atividades no campo da pesquisa. Sobre trabalhos de Studart Filho concernentes a este e a vários aspectos da vida colonial cearense, consultar *Dados Biobibliográficos do escritor Carlos Studart Filho*, organizados por Abreu (Maria Hilsanir Cals), 1978.

rios. Outros vieram a se ligar aos novos donos das terras, participando das intermináveis lutas entre facções de fazendeiros em desentendimento. Outros mais, à mercê das circunstâncias, formaram bandos errantes, numerosos pelos sertões. Ajudaram a ampliar o contingente dos "vadios", vocábulo citado correntemente nos documentos da época, designando grupos não integrados ao processo.

Assim, uma das linhas, no campo das proposições oficiais, conquanto de intervenção indireta, traduziu-se na ordem régia, datada de 1766, mandando que "os vadios e faccinorosos, que viviam a vagabundear na Capitania se ajuntassem em povoações com mais de 50 fogos" (Studart, G., 1896, p. 313). Muitas dessas povoações se transformaram em vilas, cuja ereção figurava como um instrumento político efetivo voltado para obter a cooperação dos senhores de terras, numa aparente divisão do poder real com essa categoria de súditos.

Entretanto, a bem da verdade, diga-se que esse quadro confuso passou a despertar outras preocupações nas autoridades portuguesas, conduzindo-as à expedição de cartas régias destinadas a desenvolver modos de ação que pudessem proteger e dignificar os índios, determinações, de resto, sempre burladas, principalmente em face das distâncias.

Havia ainda outras linhas, também paralelamente engajadas, empreendidas no âmbito da ação religiosa, tarefas orientadas pela Junta das Missões e postas, depois da expulsão dos jesuítas, principalmente ao encargo de padres seculares, ditos do Hábito de São Pedro (ver Documento concernente à criação de vigararias, Rev. Inst. Ceará, 1929/30, p. 344-50). Muitos aldeamentos, porém, nasceram da ação missionária, exercida por franciscanos e carmelitas, às vezes também desenvolvida por oratorianos, religiosos que percorriam os sertões em catequese, todos procedentes dos conventos de Olinda. No presente caso, a participação da Companhia de Jesus deixa de ser mencionada por duas razões. Uma, porque os padres já haviam sido expulsos do Brasil em meados do século XVIII, quando as antigas sedes de suas missões foram transformadas em "vilas de índios". Outra, porque as atividades dos jesuítas no Ceará ficaram restritas à faixa litorânea, ou melhor, às proximidades do Forte, e à serra da Ibiapaba, de raro lidando propriamente com índios tapuias,

embora também tenham, aqui e ali, exercido ações pontuais no interior, todavia em terras localizadas às portas dos sertões.

Estas informações e as que se seguem visam a desenhar o cenário político e social dos primórdios da urbanização cearense, encaminhando o texto ao exame da implantação da Vila de Montemor-o-Novo.

Urbanização incipiente

Os primórdios da incipiente urbanização cearense datam dos anos iniciais do século XVIII. As duas primeiras vilas da Capitania, situadas, uma, na pancada do mar, outra, perto do litoral, nasceram da decisão real, datada de 1699, de "criar uma vila no Ceará", o que significava dizer, erigi-la nas proximidades do pequeno rio que veio a dar nome ao Estado. Várias localidades entraram em disputa da honraria, finalmente instalando-se a vila em 1713 na localidade do Aquirás, situada já bem mais longe, à margem direita do rio Pacoti, a uma légua do mar. Inconformados com a decisão, os dirigentes e o capelão do povoado do Forte, militares e reinóis, apelaram para o rei, obtendo a criação da vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, em 1726.

As duas vilas cearenses em seguida instaladas, Icó e Aracati, situavam-se no vale do Jaguaribe, rio cuja bacia fora rapidamente ocupada pelo gado após a "aquietação" dos tapuias. O Icó (1738), implantado no trecho médio do curso do rio, no cruzamento sertanejo dos "caminhos das boiadas", formava binário com o Aracati (1748), situado quase à foz do Jaguaribe. Ambas as vilas - o Icó, como centro de coleta, e o Aracati, como porto, desenvolveram-se com as charqueadas, ou melhor, com a exportação da "carne do Ceará", salgada nas "oficinas" de carnear litorâneas. As duas vilas figuraram como as mais importantes da Capitania durante os setecentos e, já elevadas à categoria de cidade, mantiveram reconhecido prestígio urbano até o terceiro quartel do século XIX.

As "vilas de índios"

Decorrentes da ampliação de um controle absolutista imposto à metrópole e com imediatos reflexos na Colônia, os processos de

lusitanização do Brasil, promovidos pelo Marquês de Pombal, assumiram vários aspectos. Um deles traduziu-se na expulsão dos jesuítas, ocorrida em 1759, a fim de permitir a imediata integração das aldeias indígenas à nova organização político-administrativa e cultural emanada do Reino.

As diretrizes reais buscavam a laicização do poder local, afastando-o da interferência das ordens religiosas. Os membros dessas ordens, como sabemos, proferiam votos solenes de obediência aos seus superiores, votos cujo cumprimento evidenciava incompatibilidades com o exercício de muitas ações temporais exigidas pelo poder real. Separadas, portanto, das tarefas administrativas, essas práticas de catequese passavam a ficar a cargo do clero secular, com eventual auxílio de componentes do clero regular.

Assim, cumprindo legislação específica distribuída por mais de uma centena de artigos, foram instaladas as chamadas "vilas de índios". Destinavam-se a reunir os indígenas sob o governo de um diretório civil, dirigido nominalmente pelos próprios índios, ainda que, na realidade, as "vilas de índios" fossem comandadas pelos seus "diretores", prepostos metropolitanos com funções semelhantes às de procuradores reais. Por outro lado, as ações religiosas, agora entregues a "vigararias de índios" exercidas pelo clero secular, tendo suas atividades atreladas ao regime do padroado, somente dependiam dos favores reais.[3]

Pelo menos em aspiração, como se vê, as determinações pombalinas em favor dos indígenas manifestavam-se objetivamente, conquanto, também por força de outras interferências, o programa

[3] Diziam-se religiosos "seculares" porque viviam no século (*saeculum*), isto é, integrados às gerações de fiéis, à sociedade, ao mundo. O clero "secular" (vigários e padres, em geral) devia obediência aos bispos. Estes, de acordo com o regime do padroado, eram nomeados pelos reis, impondo-se-lhes, portanto, fidelidade à Coroa. Já o clero "regular" assim se denominava porque devia obedecer a regras *(regulae)* monásticas. Seus membros formavam congregações, geralmente, com sede em Roma. Os jesuítas, por haverem jurado obediência ao Papa, somente a este prestavam contas de sua ação, tendo como intermediários seus superiores gerais, que o representavam. Explica-se assim, em parte, a extinção da Ordem no mundo lusitano e em outros países, já que a Companhia não vacilava em se confrontar com o poder real, absolutista, tantas vezes a ele se sobrepondo.

se tornasse inviabilizado pelo comportamento pouco correto dos "diretores" das "vilas de índios".

As primeiras "vilas de índios" do Ceará surgiram paralelamente à expulsão dos jesuítas (1759 / 1760), cujas aldeias se transformaram nas Vilas Reais de Viçosa d'América, de Soure (atual Caucaia), de Arronches (atual Parangaba) e de Messejana. Menos a Vila Viçosa, localizada na Serra da Ibiapaba, perto da divisa com o Piauí, as demais se encontravam na Região Metropolitana ou no próprio Município da Fortaleza.

Todas essas vilas, bem como outras fundadas posteriormente no Ceará e em outras capitanias, atendendo aos projetos pombalinos de lusitanização do Brasil, receberam toponímia portuguesa, em substituição aos nomes indígenas por que eram conhecidas.

A "vila de índios" de Montemor-o-Novo d'América

Como já foi dito, numerosos grupos de tapuias permaneceram isolados nos sertões após as chacinas do início dos setecentos. Havia, porém, tanto por parte das autoridades civis, como dos missionários e dos fazendeiros, geral desejo de ajuntá-los em pequenas comunidades. Os interesses evidentemente não eram os mesmos.

Os administradores civis buscavam congregá-los, a fim de evitar as tropelias dos mais refratários à ordem, enquanto os religiosos procuravam atraí-los, a fim de cristianizá-los. Aos senhores de terras, também convinha reuni-los, para explorá-los, ora como trabalhadores braçais, semi-escravizados ou mesmo escravizados, ora como crianças adidas aos serviços domésticos, quando não para atrelá-los a seus grupos armados, participantes das lutas entre facções de sertanejos, inimigas.

A região onde veio a ser implantada a Vila de Montemor-o-Novo concentrava índios jenipapos, canindés e quixelôs, que haviam sido aldeados em zonas centrais da Capitania, seguidamente transferidos da Barra do Rio Sitiá (no Banabuiu), para o Limoeiro (no Jaguaribe), para as Itãs (no Quixadá), já mais perto. Finalmente, estabelecem sua aldeia num sopé da Serra de Baturité, no local Tijuca (atual Sítio Comum), onde há restos de um cemitério. Assim, nasce a missão de Nossa Senhora da Palma, de que trata o alvará de 8 de

maio de 1758, transformada em freguesia em 19 de abril de 1762, pouco antes de fundada a vila.

Das serras que se levantam na planície onde se estende o território do Ceará, estas secas, aquelas úmidas, Baturité figura entre muitas, como um dos conjuntos orográficos de maior importância no Estado, seja por suas dimensões, seja pelo clima ameno ou por sua fertilidade. Seus contrafortes setentrionais afloram na zona metropolitana da Fortaleza, anunciando o volumoso e elevado maciço (1.150 metros no Pico Alto), que penetra no interior do Estado até 100 quilômetros do mar.

O desbravamento e o uso econômico do patamar superior da serra entretanto somente ocorreram no início do século XIX, apoiados principalmente no plantio do café. Mais tarde, o desenvolvimento urbano da Capital, ensejando o aumento do consumo de frutas e hortaliças, transformou a serra no "Celeiro do Ceará".[4]

Normas para instalação da vila

Os trabalhos de instalação da vila de Montemor-o-Novo foram antecedidos da expedição dos necessários editais e alvarás, a fim de que a população tomasse conhecimento das decisões régias pertinentes. No caso, várias medidas se impunham, pois muitas terras circunjacentes estavam já ocupadas por sesmeiros que aos poucos haviam subido a ribeira do Choró.

Para melhor entendimento das providências que deviam ser tomadas, transcrevem-se trechos do Edital e do Alvará, infelizmente não datados, apesar de talvez expedidos poucos dias antes da ereção da vila, anunciada pelo ouvidor da Capitania:

> "O Dr. Victorino Soares Barbosa, do desembargo de S.M. Fidelíssima, seu ouvidor geral no crime e civel em toda esta comarca do Ceará Grande, e n'ella corregedor, provedor de

[4] Baturité significa "a verdadeira serra", "a serra por excelência". O desmatamento e prejudiciais modos de ocupação do solo já não fazem a serra de Baturité merecer o título de "Celeiro do Ceará". Sobre etimologias de Baturité e de outros topônimos indígenas cearenses, ver Nogueira, Paulino. *Vocabulário indígena*, 1887.

> sua real fazenda e da dons bens de defuntos e ausentes, capellos e residuos, juiz executor e commissario dos novos estabelecimentos, em que restam erigirem villlas para (*sic*) o dos indios d'esta capitania.... (Registro dos autos, 1891, p. 83).
>
> Faço saber aos que este meu edital virem ou do mesmo tiverem noticia que sendo El-rei nosso senhor pela sua alta independente grandeza e pia clemencia servido mandar restituir aos indios do Grão Pará e Maranhão as liberdades de suas pessoas, bens e commercio, determinando que fossem no temporal regidos e governados pelos governadores e ministros de justiça secular, depois de resolver que não ficassem com infamia alguma as pessoas que com elles contrahissem matrimonio, mas antes preferissem para empregos que coubessem nas suas graduações" (Registro, op. cit., p. 84).

Em virtude do "impedimento do Dr. Juiz de fóra da praça de Pernambuco",

> ".... me commetteu a mesma execução, como ouvidor geral existente n'esta capitania, para ereção de duas novas villas, que n'ella faltam para levantar, sendo uma das que se determina crear, n'esta serra de Baturité, a que manda unir a antiga missão da Telha sita no Quechellô, com todos os seus indios habitantes e de ambas dispersas por complemento dos casaes, que o directorio requer na creação de semelhantes villas, e os moradores que a estas se quizerem apegar, não o estando já nas que se acham erectas, e ainda outros quaesquer que não forem indios ou descendentes d'elles (Registro, op. cit., p.84).
>
> ".... determino levantar e aclamar esta nova villa na fórma das sobreditas ordens do sobredito Sr., no dia 14 de abril proximo futuro com assistência de todos os moradores d'esta povoação, no lugar que para ella fôr destinado e demarcado, e na sua praça hei de fazer levantar o pelourinho, assignando-lhe área sufficiente e também para todos os edificios publicos, como seja a igreja, que sirva para matriz, em que se louve a Deus, casa da camara,

> cadêa, e açougue, e mais officinas publicas, e para habitação de cada um dos seus moradores em particular, alinhando as ruas que há de ter, e os quadrados das suas casas com igualdade; e também hei de fazer a divisão do seu termo, e dar terras proprias que hão de ficar pertencendo ao patrimonio e baldios do logradouro da mesma camara, e a cada um dos seus ditos moradores para as suas plantas e lavouras, tudo em observação da C. regia de 5 de Março de 55, porque se mandou estabelecer a villa de S. José do Rio Negro na capitania do Grão Pará....." (Registro, op. cit., p.85).

Para suas decisões, o ouvidor Victorino Soares Barbosa se escudava nas determinações reais destinadas às novas vilas da Amazônia[5] ou, mais claramente, no texto da carta régia de 3 de março de 1755, enviada ao antigo Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (no cargo, entre 1751 e 1759), carta que criava a villa de São José do Rio Negro bem como a Capitania de São José do Rio Negro (posteriormente província e estado do Amazonas)[6]. Apoiadas na opinião e nas sugestões

[5] Esta e as demais transcrições de cartas régias e documentos afins, relativos à vila de Montemor-o-Novo, constam de *Registro dos Autos da erecção da villa de Monte-mór o Novo da America, na capitania do Ceará Grande*, inserido na Revista do Instituto do Ceará de 1891, tomo 5, p. 82-106 e 265-300. Ao todo, são 40 documentos ("autos civeis de erecção da villa"), em boa parte alusivos aos "termos de mettimento de marcos" de demarcação da légua em quadro, destinada a patrimônio da vila. Trata-se de um dos mais valiosos conjuntos documentais publicados no País sobre normas e processos pertinentes à instalação de vilas setecentistas.

[6] A vila de São José do Rio Negro, antiga sede de uma missão carmelita, denominada Nossa Senhora da Conceição de Mariuá, localizava-se em ponto avançado, no atual estado do Amazonas. Ao ser instalada, em 1758, recebeu o nome lusitano de Barcelos, conhecida vila minhota. A ereção de uma vila no Médio Rio Negro estava correlacionada com as decisões do Tratado de Madrid, de 1750, atinentes à demarcação das fronteiras luso-espanholas na América. A vila de Barcelos foi escolhida como local de encontro dos plenipotenciários designados para implementar o Tratado Preliminar de Limites e Demarcação dos Reais Domínios, tornando-se concomitantemente sede da comissão técnica que funcionava em Belém. Como membros da comissão, devem ser mencionados os engenheiros alemães João André Schwebel e Felipe Sturm, encarregados do traçado da vila, e o arquiteto italiano Antônio José Landi, nome integrado à história da arquitetura brasileira e autor das obras cenográficas aplicadas em

sobre a administração da Amazônia, externadas à Corte pelo próprio Mendonça Furtado e sempre acatadas, fosse por sua experiência direta com o trato do problema, fosse por sua condição superior de irmão de Pombal, as decisões da mencionada carta régia tornaram-se padrão normativo. Assim, a carta régia de 3 de março de 1755, cujas decisões haviam sido estendidas ao Estado do Brasil pelo alvará de 8 de maio de 1758 (Studart, G., 1896, p. 275), afigurava-se duplamente valorizada ao ouvidor Vitorino Barbosa. De um lado porque envolvia a figura de Mendonça Furtado [7], na ocasião, poderoso Ministro da Marinha e Ultramar de outro, por referendar uma nova situação, decorrente do cumprimento das cláusulas do Tratado de Madrid, concertado em 1750 com o rei de Espanha, cláusulas que incorporavam os conceitos de *Uti possidetis*, defendidos pelo santista Alexandre de Gusmão.

Instalação da vila

Em 14 de abril de 1764 foi instalada a Vila Real de **Monte-Mór o novo da América** [8], toponímia que atendia às disposições da já

edificações da vila, construídas para impressionar os plenipotenciários espanhóis, chegados na ocasião. O Arquivo Histórico do Exército (AHEx) possui uma planta da vila de Barcelos, recompilada em 1844 (ver Santos, 1968, 55-6 e Tab. IV B). Desenhos arquitetônicos pertinentes à vila constam das pranchas 85-88 da *Viagem Filosófica*, de Alexandre Rodrigues Ferreira.

[7] Mendonça Furtado (1700-1769) tinha um ano a menos do que Pombal. Era bastante afetivo o relacionamento entre ambos os irmãos, como o demonstra a própria correspondência oficial trocada quando Furtado estava no Pará, na qual sempre trata o marquês por "Ilmo. e Exmo. Sr. meu irmão do meu coração." (Mendonça, A Amazônia, 3 v., 1963). No palácio de Oeiras, propriedade pombalina, há uma pintura de forro denominada *Concordia Fratrum*, na qual aparecem, de mãos dadas, os três irmãos: Sebastião (Pombal), Francisco (Mendonça Furtado) e Paulo de Carvalho, cardeal inquisidor geral (ver Maxwell, 1996, fig. p. 80).

[8] A grafia do nome da vila varia nos documentos antigos (Monte mor o Novo, Monte-Mor-o-Novo da America, Monte-Mor-Novo, Monte Mor, o Novo e outras mais). A carta régia de criação da vila cita textualmente a grafia Monte-mor o Novo d'América, enquanto do termo de levantamento do pelourinho consta Monte-Mór o novo da América. No texto, preferiu-se empregar Montemor-o-Novo por ser a denominação hoje usada correntemente em Portugal.

referida Carta Regia de 14 de setembro de 1758 [9]. A instalação, presidida pelo mencionado ouvidor Victorino Soares Barbosa[10], fez-se de conformidade com o rito habitual, atendendo à organização espacial estipulada pelas cartas régias pertinentes, quer dizer,

> "fazendo delinear as casas dos moradores por linha reta, de sorte que fiquem largas e direitas as ruas" e "com a obrigação de que as ditas casas sejão sempre fabricadas na mesma figura uniforme, pela parte exterior, ainda que na outra parte interior as faça cada uma conforme lhe

[9] A Carta Régia, enviada ao Governador de Pernambuco, integrava o projeto de lusitanização do Brasil. Repetia ordens anteriores - "denominareis com nomes de lugares e villas d'estes reinos, que bem vos parecer, sem attenção aos nomes barbaros que têm actualmente", explicitando: "villas e lugares que de novo erigirdes nas aldêas que hoje tem e no futuro tiverem os referidos indios as quaes denominareis com os nomes dos lugares e villas d'estes reinos, que bem vos parecer, sem attenção aos nomes barbaros que tem actualmente" (Registro dos autos, 1891, p. 104). A fim de distinguir as vilas brasileiras das vilas portuguesas homônimas, acrescentava-se o designativo "d'América". No caso de Montemor-o-Novo, objetivava diferençar a vila cearense de uma vila alentejana de nome idêntico, este por sua vez correlacionado com o de outra vila portuguesa ainda mais antiga, localizada na Beira Litoral e, por isto, chamada Montemor-o-Velho. Esta última denominação também foi empregada no Ceará, referida a um antigo aldeamento dos índios Paiacus, localizado na bacia do baixo Choró. Chamou-se posteriormente Guarani e hoje é a cidade de Pacajus.

[10] O ouvidor Victorino Soares Barbosa exerceu suas atividades no Ceará de 27 de setembro de 1756 a 1º. de janeiro de 1770, data da posse de seu sucessor, o ouvidor João da Costa Carneiro de Sá. "Nimiamente irascível e ignorante" (Studart, *Notas para a História*, 1892, p.278), encerrou de modo dramático sua administração na Capitania, acusado da prática de peculato e de ter participado de um suposto assassínio do capitão-mor João Baltazar de Quevedo Homem de Magalhães (na verdade, falecido de hidropsia, em 1765). Barbosa ficou retido na Capitania enquanto tramitava rigorosa devassa sobre sua gestão, determinada pelo governador de Pernambuco e efetuada pelo ouvidor, seu substituto, João da Costa Carneiro e Sá. Inocentado, finalmente pôde viajar para Pernambuco, de onde seguiu para Portugal no ano seguinte, certamente, sem saudades do Ceará ... (Studart, op. cit., 1892, p. 251-83). "Nada menos do que a eterna luta de governadores e ouvidores do Ceará, desde Manoel Francez e Mendes Machado até Sampaio e Carvalho", assinala com desalento o Barão de Studart (Studart, op. cit., 1892, p. 251), referindo-se ao episódio.

> parecer, para que desta sorte se conserve a mesma **formosura** [grifo do autor] na villa, e nas ruas della a mesma largura, que se lhes assignar nas fundações."[11]

Como não havia 150 casais na missão de Nossa Senhora da Palma, foram trazidos índios de outras regiões, a fim de atender ao número mínimo necessário à constituição de um diretório. A "Mãi Santissima e Senhora da Palma" permaneceu como orago da vila, enquanto como padroeiro foi escolhido o "Senhor S. João Nepomuceno", o santo patrono do segredo de confissão[12].

e *Termo de Demarcação e Assignação do Terreno* da vila

O *Termo de Demarcação e Assignação do Terreno*, lavrado na ocasião, assinala que o "engenheiro de profissão" Custódio Francisco de Azevedo executou a demarcação da vila, usando de "prancheta ou círculo dimensório" bem como com "a corda já encerada e capaz de medir - qualquer terra com dez braças de comprido, como manda o novo methodo de fazer as cartas geographicas" (Registro dos autos, 1891, p. 265-7).

---

[11] Normas transcritas da carta régia enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, "Governador, e Capitão General do Gram Pará, e Maranhão", datada de 3 de março de 1755 (ver Mendonça, op. cit., v. 2., p. 654). Os mesmos dizeres foram repetidos literalmente na carta régia de 19 de junho de 1761, enviada ao Governador do Piauí, José Pereira Caldas (Barreto, 1938, p. 189-190). Esta última autorizava a ereção de oito vilas e a elevação da vila da Mocha à categoria de cidade, no ano seguinte denominada Oeiras, em homenagem a Pombal, então Conde de Oeiras, título referido à quinta onde nascera, propriedade sua, nos arredores de Lisboa. O Ministro tornou-se marquês (de Pombal) em 1769.

[12] Após a ereção da Vila de Montemor-o-Novo, o ouvidor Vitorino Soares Barbosa dirigiu-se para o sul da Capitania, onde instalou a vila do Crato em 21 de junho do mesmo ano de 1764, realizando atos dos quais não se dispõe de documentação específica. Conquanto alguns admitam ser o topônimo uma síncope de Curato (do Miranda), o certo é que Crato reproduz o nome de célebre vila portuguesa, também alentejana, situada no distrito de Portalegre. Era sede da Ordem dos Hospitalários de São João de Jerusalém, cujo prior, Dom Antônio, considerando-se herdeiro da Coroa, procurou em vão impedir se estendesse o domínio espanhol sobre Portugal em 1640.

O plano da vila constava de uma grande praça com 80 braças de comprimento e 45 braças de largura (176m x 99m), com a "figura de um parallelogrammo rectangulo". No eixo longitudinal da praça, saía "a rua principal da entrada da mesma praça de 85 palmos de largo" (18,10m). Várias "ruas travessas" perpendiculares à praça e à rua principal estão devidamente indicadas no longo e minucioso *Termo de Demarcação*, além da locação dos lotes de morada, todos com "trinta palmos de frente e outros tantos de fundo", e também dos terrenos destinados à igreja, às casas de "camara e mais officinas publicas". A igreja localizava-se na parte central de uma das faces menores da praça (no outro lado menor saía a rua principal), enquanto as repartições públicas ocupavam também pontos centrais, mas localizados em cada um dos lados fronteiros da mesma praça. A distribuição dos lotes, permitindo a construção de 154 casas de moradas, à parte "tres que ficam fóra d'ella, que já se acham feitas", atendia portanto às determinações legais, que exigiam, como foi dito, um projeto para um mínimo previsto de 150 moradas (para índios). O local escolhido para implantação da vila estendia-se por uma cumeada em nível, de onde desciam abas formadas pelos vales dos rios Aracacoiaba e Putiú, este último, afluente do primeiro [13].

Custódio Francisco de Azevedo (1700-1784), o "engenheiro de profissão", tinha vindo a Capitania em 1743, engajado numa equipe de mineradores de ouro no sopé da Serra da Ibiapaba, o longo sistema orográfico que serve de divisa do Ceará com o Piauí. Como as catas resultaram sem proveito, o grupo se dispersou após penosa demanda com o empreiteiro da mineração. Azevedo ficou no Ceará, radicando-se na Serra dos Cocos, um dos contrafortes da Ibiapaba. É desconhecida a formação técnica do minerador português, embora o Barão de Studart o trate por "Engenheiro capitão", ao assinalar a entrega do "risco" que fez, "por 6$400", de uma casa da câmara fortalezense, a pedido dos vereadores (Studart, G., *Datas*, p.304). Além da vila de Montemor o Novo, Azevedo foi posteriormente

[13] O Putiú ("rio dos potis", i.e., dos camarões) é um pequeno rio, que verte em rio maior, o Aracoiaba ("onde as aves gorgeiam"). Por sua vez, o Aracoiaba é tributário do rio Choró o qual ("*Ety.*: - de *chororom* murmurar (voz onomatopaica)" deságua no Atlântico (ver Nogueira, op. cit. p.381, 223 e 268, respect.).

convocado para demarcar a vila do Sobral, em 1773, bem como forneceu outra planta de uma casa de câmara e cadeia para a vila da Fortaleza em 1775.[14]

Os dados fornecidos pelo *Termo de Demarcação* possibilitam reconstituir graficamente a organização espacial proposta, pondo-a em condições de compará-la com o posterior aspecto assumido pela vila, cuja configuração física cumpria determinações reais, de resto já tentadas antes (e talvez posteriormente) em outras fundações cearenses, mas provavelmente a única executada de modo fiel à legislação (fig. 1).

A propósito de experiências urbanísticas anteriores, deve-se assinalar que um pouco antes, no reinado de Dom João V, foram criadas vilas regidas por legislação já preocupada com a organização regular do espaço urbano, experimentada nos sertões pela primeira vez na vila da Mocha (1725), no Piauí, a atual cidade de Oeiras (ver nota 8). Proposições régias semelhantes, também foram expedidas quando da instalação das vilas do Icó e do Aracati, cuja traças originais infelizmente não foram mantidas com fidelidade. Desconhecendo plano rigorosamente desenhado, as ruas características da zona central daquelas duas cidades, conquanto largas e paralelas, mostram variações de caixa e são cortadas, aqui e ali, por travessas estreitas. Na verdade, não se apresentando exatamente retas, mantêm um traçado que mais se deve ao uso como vias primitivas de trânsito de gado em tropel do que ao cumprimento da legislação real regulamentadora.

[14] Em Montemor, provavelmente empenhado não apenas em cumprir as determinações régias mas também empolgado com o aparato da solenidade a que devia presidir, o ouvidor tinha decidido fazer acompanhar-se de Azevedo, tentando repetir o pomposo ritual da instalação da vila de São José do Rio Negro, sem dúvida, valorizado pela presença e pela intervenção profissional de engenheiros. Os fatos todavia atestam que Custódio Francisco de Azevedo, após participar da demarcação da vila de Montemor-o-Novo, não seguiu para o Crato em companhia do ouvidor Vitorino Soares Barbosa, onde este ia erigir a nova vila. Sobre Azevedo e a tumultuada demanda provocada pela exploração das inexistentes minas de ouro ibiapabanas do Araticum, ver, nos Arquivos do Instituto do Ceará, a volumosa documentação pertinente, levantada em Portugal pelo Barão de Studart.

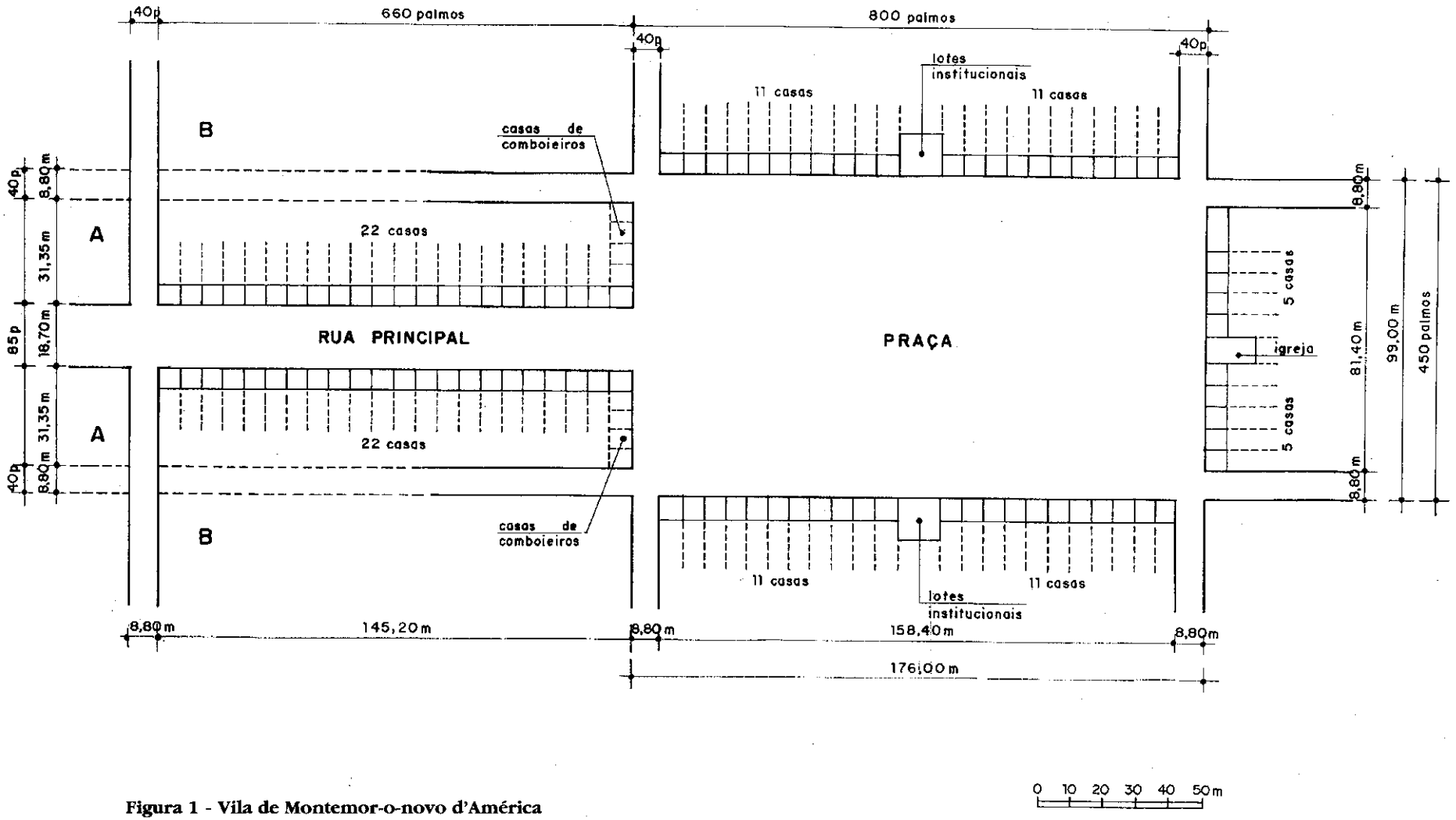

Figura 1 - Vila de Montemor-o-novo d'América

Custódio Francisco Azevedo/engenheiro: Plano original do *Termo de Demarcação da Vila* - 14 de abril de 1764.

- Igreja - 40 palmos x 80 palmos = 8,80m x 17,60m
- lotes de morada - 30 palmos de frente = 6,60m
- lotes institucionais - 60 palmos de frente = 13,20m.

O *Termo de Demarcação* não esclarece se os dois blocos de 24 casas se localizavam em A ou B.

Reconstituição elaborada pelo autor deste trabalho.

Os traçados regulares

Pode-se dizer que os traçados regulares têm origem remota e sempre caracterizaram os assentamentos urbanos implantados deliberadamente. Na Antigüidade, gregos e romanos já o empregavam nas suas cidades coloniais. Em Portugal, os sistemas de organização espacial regular eram conhecidos desde a Idade Média, pois apareciam nas *vilas novas*, erigidas com feição semelhante às *bastides* francesas. Em Lisboa, o Bairro Alto de São Roque, apesar do relevo, recebeu tratamento regular, quando da extensão da cidade para o exterior da cerca de defesa, nas décadas finais do século XVI. Os traçados dos núcleos iniciais de Salvador e do Rio de Janeiro, da mesma época, também recorreram à malha regular, inviabilizada por impedimentos topográficos, isto para não se referir a fundações urbanas contemporâneas, na Índia, com desenho geometricamente definido (Goa Nova). Nos seiscentos, poderiam ser listados mais exemplos desse risco urbano, especialmente aqueles que, traduzindo aspirações à regularidade, foram alterados pelas circunstâncias. A propósito, basta apenas lembrar a fase primeira de São Luís do Maranhão e o traçado impresso à expansão da então chamada Campina, em Belém do Pará.

A destruição de grande parte da cidade de Lisboa, por terremoto ocorrido em 1755, ensejou enérgica ação de Pombal em favor da reconstrução da cidade, particularmente da zona central, denominada "Baixa", cujo sítio urbano, confinado pelo rio e por colinas, recebeu plano em retícula, projeto executado pela equipe de engenheiros e arquitetos militares a serviço do Ministro.

Entretanto, quando se tratava de implantação urbana colonial, parecia que os portugueses buscavam apenas atender às solicitações de necessidades objetivas, sem desdobramento temporal. Talvez se lhes mantivesse subjacente a idéia (consciente ou inconsciente) da exploração territorial executada sob o sistema de feitorias, desenvolvido na África e na Ásia, do entreposto comercial, cingido antes de tudo a atividades cotidianas imediatas. Assim, é compreensível que o traçado regular, aliás aplicado no Brasil com grande ênfase no século XVIII, apesar de prover a expansão da malha

urbana [15], nem sempre procurou sítio favorável. Chega-se a admitir que, na prática, não havia manifesta preocupação com o crescimento contínuo e ilimitado das formações urbanas, fato observável em tantos núcleos brasileiros, entre os quais a vila de Montemor-o-Novo.[16]

Quanto a despreocupações lusitanas com a expansão da malha primitiva, o caso de Montemor-o-Novo é típico. Neste passo, convém entretanto pedir atenção para a terminologia político-administrativa da época, não se devendo confundir a *malha urbana* propriamente dita com expressões tais como *termo* (da vila, *i.e.*, o território do município), de início amplíssimo, nem com *área patrimonial* da vila, sempre de uma légua em quadro.

A propósito e apenas como referência diferenciadora, lembremos que os espanhóis portavam-se de modo contrário aos Portugueses. Cumprindo as *Leyes de Indias*, particularmente nos artigos constantes do tomo II da *Recopilación* (títulos 7 e 8), que previam expansão urbana ilimitada segundo risco em xadrez, os fundadores, por este motivo, escolhiam terrenos planos e amplos, quase sempre distantes do mar. Além do mais, marcavam suas cidades com elementos simbólicos espaciais e arquitetônicos, reforçados por uma distribuição de lotes destinada a evidenciar o poder escalonado dos súbditos.

* * *

[15] De um certo modo, os dirigentes da metrópole admitiam a expansão urbana. A carta régia de 3 de março, citada na nota 11, determinava claramente: "Junto da mesma Villa ficará sempre um districto que seja competente, não só para nelle se poderem edificar novas casas na sobredita forma [i.e., em trama regular e casas iguais], mas tambem para logradouros publicos. Este districto não poderá em tempo algum dar de sesmaria, nem de aforamento, em todo ou em parte, sem especial Ordem minha, que derrogue esta." (Mendonça, op. cit., p. 654)

[16] Na realidade, prevaleciam soluções pragmáticas, exigindo decisões objetivas. As apreciações de Renato Braga sobre Baturité tocam no cerne do problema. Assim, após descritas as limitações do sítio, quer dizer, as "suas condições topográficas não ideais para o seu desenvolvimento", Braga todavia esclarece: "Tal localização obedeceu, certamente, à salubridade do clima, à grande abundância de água, à extensão do planalto [vizinho], muito bem assente, com uma saída rasa para a planura do Choró. O local, não há dúvida, foi bem escolhido. Naquele tempo (1764) não se pensava muito num desenvolvimento tão rápido, que exigisse maior extensão de terra. É um local estratégico, se olharmos a face estética da escolha e também o seu aspecto higiênico de saneamento e salubridade." (Braga, *Dicionário*, 1967, p. 63-4).

A condição de pobreza e abandono, por se tratar de "vila de índios", ajudou Montemor na preservação seu traçado inicial por algum tempo, embora novas condições econômicas conhecidas pela Província no transcorrer dos oitocentos viessem a ampliar o núcleo inicial durante a segunda metade daquele século. O crescimento ensejou surgisse um traçado definido por diferentes formas de organização do espaço e por paisagens diversas, já que a vila havia sido implantada num divisor de águas dos cursos de água que a contornavam, estreito espigão com faldas de discreto caimento, todavia já bem pronunciado no canto sudoeste da praça, ao lado da atual igreja matriz.

Por força de sua especificidade, considerações relativas à forma primeira e ao posterior desenvolvimento da vila de Montemor-o-Novo serão apresentadas mais adiante. Antes, porém, convém examinar algumas vertentes que teriam influenciado o traçado da parte mais antiga da pequena vila, assim alinhadas:

- Iluminismo pombalino e desenho urbano
- A engenharia militar portuguesa
- Antecedentes renascentistas

Iluminismo pombalino e desenho urbano

Sebastião José de Carvalho e Melo (Lisboa, 1699 - Quinta de Pombal, 1782), o Marquês de Pombal, cujo centenário de nascimento transcorre neste ano, é figura de excepcional expressão na história de Portugal e na história colonial brasileira.[17] A organização

[17] O iluminismo pombalino tinha cor lusitana, não devendo ser confundido com aquele professado por pensadores europeus, tantas vezes propugnadores das liberdades individuais. A vida e a administração do Marquês de Pombal constituem matéria considerada com profundidade e argúcia por inúmeros especialistas. As referências incluídas nesta comunicação apenas objetivam contextualizá-las. Sobre Pombal e sua época, os interessados no assunto podem recorrer à resenha bibliográfica atualizada e comentada, incluída pelo historiador inglês Kenneth Maxwell em recente obra já referida neste trabalho, no capítulo intitulado *Ensaio Bibliográfico* (op. cit., 1996, p. 179-87), bem como consultar a rica bibliografia apensa ao mesmo livro (op. cit., 1996, p. 189-201).

física de inúmeras fundações urbanas brasileiras do período decorre de determinações pombalinas, as quais, como já se disse, entre outros objetivos, visavam à modernização de Portugal, impondo conseqüentemente um processo de lusitanização da Colônia.

Nessa perspectiva, deve ser entendido o projeto de integração dos indígenas à sociedade colonial, projeto que, entre outros, concernentes à política de urbanização, resultou na criação da chamadas "vilas de índios", incipientes fundações urbanas, muitas das quais pouco superaram o aspecto físico dos primeiros dias.

Instrumento de defesa contra as arbitrariedades praticadas por régulos e fazendeiros, a legislação pombalina preconizava a incorporação dos indígenas à sociedade, incentivando o casamento dos colonos com as nativas e de portuguesas com índios.[18] Buscando integração, insista-se, e não o isolamento dos índios, as decisões por certo também estavam preocupadas com a necessidade de aumento demográfico, tomadas em benefício de uma colônia pouco povoada, a qual, nas circunstâncias, pouco poderia esperar da metrópole. Enfim, visavam a estabelecer um processo de integração racial de que resultassem populações unidas em favor de um mesmo objetivo cultural e político. De qualquer modo, para melhor entendimento

[18] No alvará datado de 14 de abril de 1755, D. José I se pronunciava categoricamente sobre a matéria: "Eu el-rei faço saber em fórma de lei virem, que considero o quanto convém que os meus reaes dominios da America se povoem, e que para este fim póde concorrer muito a communicação com indios por meio de casamentos, sou servido declarar que os meus vassallos d'este reino e da America que se casarem com india d'ella não ficam com infamia alguma, antes se farão dignos de minha real attenção, e que nas terras em que se estabelecerem serão preferidos para aquelles lugares e occupações que couberem na graduação de suas pessoas, e que seus filhos e descendentes serão hábeis e capazes de qualquer emprego, honra ou dignidade."

..... "outrosim prohibo que os ditos meus vassalos casados com indias ou seus descendentes sejam tratados com o nome de caboclos ou outro semelhante que possa ser injurioso."

.... o mesmo se praticará a respeito das portuguezas que casarem com indios e seus filhos e descendentes, e a todos concedo minha preferencia para os officios que houverem nas terras aonde viverem; e quando succeda que os filhos ou descendentes d'estes matrimonios tenham algum requerimento perante mim, me fação saber essa qualidade para em razão d'ella mais particularmente os attender...." (Registro dos autos, 1891, p. 86-70).

da clareza dos pronunciamentos reais, bastaria referir trechos, já transcritos, do alvará datado de 14 de abril de 1755, em que D. José I se pronunciava categoricamente sobre a matéria[19], aliás, de resto, explicitando inclusive a reintegração da posse, por parte dos índios, mesmo de terras integrantes de sesmarias já concedidas.

No âmbito específico do desenho urbano, a legislação posta em prática, amparada por sistemas de raízes iluministas, reproduzia ou adaptava espacialmente, nas novas vilas, formas racionais de procedência renascentista, divulgadas em Portugal nos tratados militares de defesa. Assim, modelos de fontes eruditas, que haviam servido de base a projetos de cidades fortificadas européias, penetravam no Brasil, dando forma física a modestos estabelecimentos urbanos civis, como é o caso ora considerado de Montemor-o-Novo d'América, insignificante "vila de índios" implantada no interior do Ceará setecentista.

Sem dúvida, nos projetos urbanos, a valorização da ordem, como meio, e da disciplina formal, como modo de organização física, constituíam claro objetivo das proposições pombalinas. No fim de contas, não se pode esquecer de que, com o beneplácito real de Dom José I, Pombal dirigiu Portugal despoticamente por quase três décadas. Estava, porém, convicto de que sua rigidez absolutista, guiada pela razão, justificava a eliminação de todos os empecilhos que se lhe afiguravam danosos à modernização econômica e cultural de Portugal, empreendida sob total controle do Estado.

[19] A legislação régia do período, atinente à valorização dos índios, seria conseqüência da luta travada em favor das populações indígenas já durante o século XVI, por um padre Bartolomé de las Casas, em Espanha, e reativada com denodo, na época, pelo padre Antônio Vieira, íntimo da corte lusitana, campanhas finalmente referendadas por bulas papais. Quanto a conseqüências posteriores, em si, alheias ao problema, restaria saber em que ponto decisões régias, como estas, aliás seguidamente repetidas, haveriam impregnado a imaginário brasileiro do século XIX. À guisa de comprovação, bastaria citar a longa lista de vocábulos de língua indígena acrescidos a sobrenomes de origem lusitana, após a independência, como marca de afirmação nacionalista. Ou, mais ainda: mencione-se também o aparecimento da chamada literatura indianista, que empolgou a imaginação de um Alencar, estudioso de documentação antiga e de mitos populares brasileiros, criador de nomes próprios de raiz indígena, ainda hoje aceitos sem restrições em todos os recantos do País. Isto para não se falar, a propósito de miscigenação, em pares românticos como Martim e Iracema, Peri e Ceci.

As proposições, tantas vezes discricionárias, ditadas à Metrópole pelo pensamento iluminista pombalino com as mais diversas finalidades, acabavam claramente por intervir na implantação de distantes assentamentos urbanos no ultramar. No caso, repercutiam no traçado de "vilas de índios", projetadas por via da escolha objetiva de processos simples, de fácil decodificação visual, comprometidos com a geometrização de um espaço antecipadamente definido, processos que, em busca de um resultado uniforme e repetido, incorporavam o próprio emprego de um mesmo padrão de morada, quer nas dimensões, quer nos sistemas construtivos [20], tanto visando à harmonia física do conjunto como à eqüidade social.

A engenharia militar portuguesa

Entre velhas raízes de racionalismo edificatório, norteadoras dos traçados urbanos desenvolvidos no período pombalino, devem ser lembradas as evidentes influências dos trabalhos de defesa militar, os quais, por sua vez, eram conseqüência de concepções renascentistas italianas, voltadas tanto para a defesa como para a especulação estética do espaço.

Faça-se aqui, porém, um parêntese aparentemente alheio ao texto. Quando o poder real foi restaurado em 1640, Portugal encontrava-se em precária situação para garantir sua integridade territorial, sempre ameaçada pelos espanhóis. Conquanto, na ocasião, fossem contratados oficiais e soldados estrangeiros, em maior

[20] Havia semelhanças de princípios racionais em busca do atendimento de determinados objetivos. Não se devem, porém, confundir as formas arquitetônicas tão diferentes das casas térreas, modestíssimas, de uma "vila de índios" cearense com as edificações da Baixa lisboeta, de dois e três pavimentos, construídas rapidamente e de modo padronizado, em face da necessidade de abrigar numerosa população desalojada pelo sismo de 1755. Inconfundíveis traços da paisagem da Baixa no Brasil podem ou podiam ser encontrados em espaços nobres e casas de grande porte, erguidas na segunda metade do século XVIII e no começo do século XIX, no Rio de Janeiro, em Belém e em São Luís, cidades marítimas então de forte presença lusitana, todas em expansão na época. Talvez fruto de mero arcaísmo arquitetônico, houve um sobrado fortalezense de aparência pombalina. Demolido em 1928, após incêndio, localizava-se na esquina noroeste das ruas Barão do Rio Branco e Guilherme Rocha.

parte alemães, no entanto, impunha-se formar seus próprios quadros nacionais de defesa militar. No processo, logo se destacou a figura de Luís Serrão Pimentel (1613-1678/9), cosmógrafo-mor do Reino, nome famoso como teórico e prático, além de professor de alunos ilustres e fundador da Aula de Fortificação e Arquitetura Militar de Lisboa, na Ribeira das Naus, centro de formação dos futuros engenheiros pombalinos. A Serrão Pimentel se devem as primeiras referências sobre desenho urbano em língua portuguesa[21], inseridas em projetos de pontos fortificados. Preciosas referências sobre a matéria podem ser colhidas no citado Pimentel, no seu *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares & irregulares*, particularmente no capítulo XI [22], quando trata de meios que podem oferecer "melhores asserventias assim para o **civil** como para o militar & **maior fermosura da povoação**" [este e outros trechos de interesse foram postos negrito pelo autor].

Passagens das lições de Serrão Pimentel, ora transcritas, objetivam estabelecer algumas comparações:

> "Primeiramente no centro da fortaleza, ou povoação se deve deixar hũ terreiro, ou **praça grande** que deve ser a principal de armas .... (Pimentel, op. cit. p.319); ".... os motivos para as quantidades se assinão; digo que de cada lado da Praça de armas principal se deixe até 120. até 200. Ou 250. Pès conforme a grandeza da fortaleza, & guarnição que nella pode haver...." (op. cit. p.320); .... "Da Praça de armas principal deve sair hũas ruas direitas para os Baluartes; outras para as Cortinas; aquellas de 30. a 35. Pès; estas de 25. atè 30. de largo, por naõ serem necessarias taõ largas q̄ vão para as Cortinas como as q̄ encaminhaô para os Baluartes" [23] (op. cit. p. 320).

[21] A obra *Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa*, de Francisco de Holanda, trata de fortificações bem como de organização e beleza urbanas. Entretanto, não teve influência germinativa, pois, conquanto escrita em 1571, somente foi impressa em 1879.

[22] O Capítulo XI trata "Das partes interiores da Fortaleza, Cidade ou Villa fortificada". O exemplar do *Methodo Lusitanico* foi consultado na Biblioteca do Instituto do Ceará / Setor de Obras Raras / Coleção Eurico Facó.

[23] Serrão Pimentel cita como exemplos de "cidades fortificadas ao moderno" a italiana Palma Nuova e a holandesa Coevorden (Pimentel, op. cit. p. 320).

E acrescenta:

"Deve também haver outras ruas que atravessem ordenadamente as q̄ sahem do centro, & em correspondencia entre si, para serem melhores asserventias **assim para o civil** como para o militar **& mayor fermosura da povoação**. Estas ruas transversais que serão as convenientes conforme a grandeza da **Villa, cidade** ou Fortaleza se permitem menos largas & assim se fação de 20. até 24 pès de largo, & todas as medidas sobredittas de mais, ou menos se entendem também, conforme a capacidade da povoação (op. cit. p. 320-1) [24] .... Os edificios, ou sãó **publicos**, ou **particulares**" (op. cit. p. 322).

Finalmente, tratando de fundações novas, opina claramente: "Nas povoaçoens que de novo se fundarem terei por grande erro não serem com as ruas, & praças na correspondencia, que havemos ditto, ou outra semelhante" (op. cit. p.325) [25].

Paisagem construída

Como já se disse, o emprego da malha regular, consubstanciando a valorização da ordem e da disciplina formal, reflete-se na paisagem das fundações urbanas do período pombalino. Postas a cargo de engenheiros militares, evidentemente todas as obras públicas do Reino, teriam de reproduzir conceitos e recomendações desenvolvidos nos tratados de castrametação. Em quaisquer instân-

[24] Acrescenta: "o Engenheiro deve proceder com juízo, & boa consideração, tomando as medidas, & tirãdo a Planta, para que no papel veja primeiro como um espelho a representação de toda a obra, & que sitios lhe ficam para os edificios, & casas de que diremos." (Pimentel, op. cit. p. 320).

[25] Como equilibrado respeito ao já construído, Pimentel aconselha: "porq̄ muito poucas vezes se podem dispor na fórma apontada para a praça em tudo regular (...) respeitar o existente (...) pois naõ se devem arruinar povoações mais que no que for muito preciso" (...) "pois de outro modo serà necessario arruinar tudo & tornar a edificar á vontade, que senaõ faz tão facilmente com a obra como com o pensamento ou com o desenho no papel, quãdo ainda houver cabedal para executar obras fantasticas." (Pimentel, op. cit. p. 325).

cias, porém, as diretrizes dos traçados geometrizantes de organização do espaço, constantes dos manuais lusitanos, mantinham-se fiéis a conceituações amplas, que se sobrepunham a necessidades militares imediatas. Na ocasião, com efeito, muitas daquelas conceituações já apareciam reformuladas consoante projetos franceses renovadores, embutidos nos princípios de defesa abaluartada das praças [26]. De qualquer modo, em termos de aplicações internacional, as diretrizes lusitanas empregadas na Colônia vinham de dois séculos, vinculadas à *Città Ideale*, italiana e renascentista, cujos projetos explicitavam e valorizavam desenhos radiais, sempre resolvidos com contornos exteriores contidos em círculos ou em polígonos regulares de muitos lados. Em quaisquer casos, lidavam com formas fechadas que não permitiam a ampliação dos perímetros, embora, no interior do círculo de defesas ou até entre as radiais, se as houvesse, surgisse a malha regular, onde se patenteavam vazios urbanos, fossem, no caso, as grandes praças, ou fossem vias hierarquizadas, constituídas de ruas e travessas.

Especulações sobre relações harmônicas de espaços e arquitetura integram os conceitos de beleza urbana da época, particularmente quando aludiam às áreas interiores dos circuitos já referidos. Na verdade, tanto as especulações estéticas como proposições renascentistas conseqüentes, envolvendo a formulação dos espaços abertos em cidades e praças de defesa, procediam de Alberti, expostas no *De Re Aedificatoria* e datadas do século XV. É bem verdade que, em boa parte, as aspirações dos tratadistas se tinham

[26] Na época da instalação da vila de Montemor, os estudos em Portugal já eram totalmente orientados por livros franceses. Prevaleciam novos conceitos setecentistas de defesa, como comprova o "plano" [programa] das "Aulas dos Regimentos de Artilharia", ministradas em Lisboa, "plano" aprovado em 15 de julho de 1763 por D. Luís da Cunha, um dos mais prestigiosos ideólogos da modernização das instituições portuguesas, muito ouvido por Pombal. No item 10 do "plano" das aulas, ficava expresso que "Para a Engenharia e Fortificações se deve seguir livro intitulado: '*O Ataque e a Defesa das Praças*' por Monsieur De Vauban" (Tavares, 1965, p. 40). Vauban, ou melhor, Sébastien le Preste, Senhor de Vauban (1633-1707), comissário geral das fortificações de Luís XIV, foi o renovador dos métodos de defesa abaluartados na França, utilizando processos de ampla repercussão internacional.

materializado não propriamente em obras construídas, mas em trabalhos de paisagem representada, quer dizer, na obra pictórica de muitos artistas italianos do *cinquecento*. A ênfase conferida à representação de espaços bidimensionais imaginados, em vez da materialização em obras resultantes da experiência nascida do contato com a realidade física, explicaria o limitado número de projetos da *Città Ideale* realizados. Com efeito, as concepções pictóricas, do período, sem dúvida, constituiam decorrência direta do desenvolvimento de práticas relacionadas com a representação bidimensional de espaços de grandeza definida, enfim, do fervor devotado aos estudos de perspectivas marcadas com vários pontos de fuga.

Sabida, no entanto, a influência do renascimento italiano em toda a Europa, em todas as artes e também na defesa bélica, não causaria surpresa, pois, deparar com a aceitação dos princípios geometrizantes de organização espacial nos cursos portugueses de defesa militar na segunda metade dos seiscentos e no século seguinte, princípios logo transferidos para projetos civis de urbanização. Assim, entende-se porque, na época, "a regularidade era [passou a ser entendida como] um símbolo de beleza, sofisticação, civilidade e progresso" (Delson, 1997, p. 101).

Comentários conclusivos: a cidade atual

Um primeiro comentário, por certo alheio à estética mas talvez de base sociológica, deve ser apresentado preliminarmente. As pequenas cidades do interior do Ceará não conhecem propriamente processos de deslocamentos humanos desenvolvidos dentro dos respectivos espaços urbanos. Na realidade, ocorre volumosa emigração dirigida para Fortaleza, Brasília e adjacências ou para o Sudeste. Essas correntes, com ciclos e traços característicos, enlaçam todos os estratos sociais, inclusive os membros das antigas famílias. Há também um outro circuito, secundário, que se verifica no interior do Estado, dirigido das zonas rurais e das pequenas aglomerações urbanas para cidades de porte maior. Nestas, operam-se, portanto, seguidas trocas de moradores, pois aqueles que partem para os grandes centros são logo substituídos por grupos procedentes de arredores próximos ou até distantes, enfim, gente vinda do mundo rural ou de

cidades vizinhas menores. Muitos dos que chegam acabam por se tornar figuras representativas da vida urbana local mas sua condição de migrantes é sempre assinalada pelos moradores antigos, com maior rigor se os forasteiros alcançam sucesso econômico, social ou político ou se destoam do comportamento comum.

Baturité não foge à regra, de tal ordem que não podemos eliminar a contribuição dessas correntes migratórias quando consideramos as várias fases de desenvolvimento material da cidade, sabidas as interferências exercidas pela população nas mudanças da paisagem urbana.

Por tal motivo, no início desta exposição, referimo-nos a fases perceptíveis de desenvolvimento material da cidade, posto que cada uma delas conta com seus correspondentes tipos de paisagem urbana. Para melhor compreensão, tentemos apreciar a evolução da forma urbana da antiga vila de Montemor-o-Novo, sempre que possível recorrendo a descrições de visitantes contemporâneos.

1ª. fase

Os anos finais do século XVIII foram trágicos para o Ceará, acossado pela grande seca ocorrida entre 1790 e 1794. O flagelo trouxe incalculáveis prejuízos à pecuária extensiva, ensejando o desenvolvimento da cultura do algodão. Muitas famílias de fazendeiros dispersas nos sertões refugiaram-se na serra de Baturité e nas serras próximas à Capital, cuja ocupação demográfica e cuja exploração agrícola então se iniciou, tardiamente, portanto[27]. Por sua parte, os índios da Capitania reunidos em vilas, postos à mercê das arbitrariedades dos dirigentes dos diretórios[28], haviam fugido para os sertões. Desamparados, colheu-os a alta mortandade provocada pela seca, fortemente ajudada por epidemias, quase chegando a dizimá-los.

[27] A seca de 1825 incentivou o aumento das correntes migratórias, mas muitos proprietários rurais vieram para a serra premidos pela insegurança dos sertões. Sobre o processo de ocupação demográfica da região, ver principalmente os capítulos *O povoamento do maciço de Baturité* e *A terra: o sítio e a fazenda*, em Barros Leal, 1981, p. 27-62 e76-95.

[28] Sobre diretórios e particularmente sobre o diretório da vila de Montemor-o-novo, ver o capítulo *O Diretor e o Diretório*, em Barros Leal, 1981, p. 63-75, bem como o anteriormente citado, *A terra: o sítio e a fazenda.*

Assim, em Montemor-o-Novo, desde o encerramento do século XVIII, os índios aldeados começaram a abandonar a vila, ou por decorrência da Grande Seca ou porque também não lhes agradava o cotidiano da vida urbana, circunstâncias às quais se acrescentava o fato de virem paulatinamente sendo expulsos pelos primeiros moradores brancos e mestiços. Estes fatos explicam porque o trecho urbano primitivo da vila, delineado por Custódio Francisco de Azevedo, conheceu relativa manutenção física de traçado.

Relatos sobre a aglomeração oitocentista constam dos depoimentos de visitantes, uns feitos no começo do século, outros, em meados da mesma centúria, relatos ora parcialmente transcritos a fim de que se possam aquilatar as especificidades e as mutações de aspectos físicos e humanos do conjunto urbano.

A *Noticia geographica abreviada da Capitania do Ceará*, atribuída ao Tenente Coronel de Engenheiros Antônio José da Silva Paulet mas provavelmente da autoria do ouvidor José Antônio Rodrigues de Carvalho, presta significativas informações sobre a situação da vila na segunda década do século XX. Pelo interesse que desperta, permitimo-nos transcrever trechos do documento:

> "MONTE-MÓR O NOVO / Na Serra de Batorité ao S. da Fortaleza está situada a villa, erecta para os Indios, congregados de outros logares, e hoje quasi toda habitada por extra-naturaes, nome que se dá todo o que não é indio. Não tem caza da camara, nem cadeia, nem o conselho patrimonio. / A agricultura é de legumes, que se vendem em pequena quantidade para a villa da Fortaleza, algodão e cana. O algodão d'este termo passa pelo melhor da Capitania. A cana é reduzida a rapaduras, que se extrae para o sertão de Campo-maior Quixeramobim e Canindé, termo da Fortaleza, em engenhocas mais pobres que as do Cariri". / ..... "A villa tem 84 cazas muito arruinadas, muitas cobertas de palha, e muito insignificantes" (Paulet, 1898, p.29-30).

Infelizmente, pouco se aproveita de outras informações contemporâneas, relativas ao estado material da vila, como aquelas prestadas pelo Pe. José de Almeida Machado quando da visitação feita entre 11 e 13 de fevereiro de 1806, conforme o "livro de Devas-

sas que serviu na Visita" à "Freguezia da Villa de N. S. da Palma de Montemo-mór novo", salvo no que tange à referência sobre o início das obras da demolida igreja do Rosário.

O Padre Machado relata:

> "A antiga Missão de N. S. da Palma na serra do Baturité foi creada villa com o nome de Monte-mór novo da America em 14 de abril de 1754 em huma planicie proxima a sobredita serra, e perto do rio Aracauaba, e por ordem de S. Magestade foi elevada a vigararia, he habitada de Portuguezes e Indios chamados, digo, da nação chamada Genipapo, e tem por Orago N. S. da Palma e nella há as Igrejas ..... : / IGREJAS - A matriz fundada na villa de que he Orago N. S. da Palma. / A Igreja de N. S. Rosario dos Pretos só principiada; sem uso algum" (Noticia, 1902, p.191-205).

A informação do Padre Machado, ao mesmo tempo em que demonstrava terem os índios abandonado a vila, também referia o fato de se contar agora com gente nova, sem dúvida, negros dedicados ao culto da Senhora do Rosário. Contudo, com pouco ou nenhum prestígio estes deveriam contar, pois a pequena igreja que lhes pertencia veio a ser demolida para dar lugar a uma praça. De acordo, aliás, com as informações dos visitantes, na verdade havia numerosa presença de população branca, sendo reduzidíssimo o número de escravos, mesmo nas atividades agrícolas exercidas na serra. Esse fato, embora posteriormente confirmado pelas observações de um presidente da província em meados do século XIX, era todavia contestado pelo antigo governador da Capitania, Luiz Barba Alardo de Meneses, na sua *Memória da Capitania independente do Ceará Grande*, datada de 1814, escrita já na Corte, e, portanto, bem distante do Ceará. O Governador declara ser reduzida a população da vila, praticamente formada por índios: "nem por isso a sua população é grande, e quasi toda se compõe de indios". (Meneses, 1897, p. 44). Leve-se, porém, em conta que a *Memória* provavelmente se apoiou em dados obtidos com o sargento-mor naturalista João da Silva Feijó, auxiliar do governador, por certo oriundos das primeiras observações por este efetuadas ainda quando da passagem do século.

Francisco Freire Alemão, o chefe da Imperial Commissão Scientifica de Exploração[29], que conheceu a região já em meados do século XIX, assinalava:

> "Parece que só em 1804 é que a Serra de Baturité começou a ser cultivada. Era então um grande sertão ou deserto, todo coberto de grandes mattas, semelhantes ás nossas do Rio, como se vê pelo que ainda existe; muito humido e muito frio, para junto do Ceará [i.c.: Fortaleza] foram as seccas, que obrigaram os homens a se refugiarem para estes lugares." (Alemão, F. ms. BNRJ).

Como se vê, os lotes ou imóveis da área primitiva, doados aos índios, acabaram, pois, repassados gradativamente a novos donos, atraídos pelas mudanças nas condições de vida da região [30]. Os proprietários em grande número procediam de Pernambuco, misturados com alguns portugueses. Aqueles e estes constituíam exatamente os "extra-naturaes" a que se referia a citada *Noticia geographica abreviada* (na realidade, na época, todos eram juridicamente considerados "portuguezes", como aliás lembra o Padre Machado).

O incremento demográfico, sem dúvida, era fruto da introdução do café na serra de Baturité, ocorrida no primeiro quartel do século XIX [31] e da posterior transformação da vila em centro de coleta de produção agrícola destinada ao abastecimento da Capital

---

[29] A Imperial Commissão Scientifica de Exploração percorreu o Ceará de fevereiro de 1859 a julho de 1861. Organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro sob o patrocínio do Imperador D. Pedro II, tinha como chefe o médico e botânico Francisco Freire Alemão (1798-1874), como secretário o poeta Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) e abrigava pintor, médicos, engenheiros, astrônomos, botânicos, zoólogos, mineralogistas e geólogos de renome.

[30] Freire Alemão assinala que "os indios levavam vida miseravel". "A grande secca de 1825" havia causado "grande dispersão, e mortandade aos indios", devorados "por uma peste de bexigas horrivel", "talvez ocorrida antes da seca". "Com a destruição dos indios foi a vila, e lugares adjacentes se povoando de maior numero de brancos, que hoje constituem a maioria dos habitantes do lugar." (Alemão, F., ms. .BNRJ).

[31] As mudas de café introduzidas na serra em 1824 tinham procedência dupla. Umas, trazidas do Pará por Manuel Felipe Castelo Branco, outras, vindas do Cariri por intermédio de Antônio Pereira de Queiroz. A exportação do café cearense atingiu maior peso no período final do século XIX, decaindo rapidissimamente depois de 1895, embora continuasse sendo produzido para consumo local (Studart, G., 1928, p. 94 e 101).

da Província em franca expansão[32]. Como reflexo do progresso material, a vila passou a ser sede de Comarca de 3ª Entrância (Lei n. 226, de 09.01.1841, a oitava a ser instalada no Ceará), sendo alçada à condição de Cidade de Baturité em 09.08.1858 (Lei n. 844, da mesma data).

No trecho antigo da cidade, ainda hoje ocupado por edificações de alto significado local, tais como a Igreja Matriz [33], a Prefeitura, a atual Secretaria Municipal de Educação, persistem valores simbólicos que remontam à ereção da vila primitiva, apesar de conferidos por obras construídas posteriormente. É bem verdade que essas citadas edificações não ocupam os espaços designados no plano original da vila, pois foram implantadas tempos depois no interior da grande praça, em vez de ficarem localizadas em suas margens, conforme o previsto. De qualquer modo, a área mais antiga da cidade abriga até hoje quase apenas edificações públicas e residências, praticamente desconhecendo instalações comerciais.

A propósito dessas edificações institucionais, Vinicius de Barros Leal informa que o atual prédio da Prefeitura procede de uma proposta feita pelo vereador Felinto Irineu em 1869, relativa à construção de uma sede para a Câmara, até então funcionando em pequena casa alugada. A proposta do vereador previa uma edificação em sobrado, de "80 palmos em quadro" (17,60m x 17,60m), a qual constava de um salão amplo, certamente destinado às reuniões camarárias, bem como acomodações para hospedar visitantes ilustres, além de uma sala reservada à detenção temporária de pessoas (!) [34]. Como se nota, continuava a prevalecer no imaginário dos camaristas a idéia do programa arquitetônico, misto, das antigas

[32] "Em 1830 deixou a vila de ter o título de "Vila de Índios", conforme comunicou à Câmara o Presidente da Província, em 17 de junho daquele ano". (Catão, 1937, p. 63).

[33] Salvo a matriz, as outras edificações são bem mais recentes. Freire Alemão assinala: "A egreja [atual matriz] somente teria sido levantada em 1809, occasião em que havia pouca gente branca" (Alemão, F., ms. BNRJ). Ainda assim, a julgar-se por um desenho do próprio Freire Alemão feito na ocasião, meio século depois a obra ainda estava inacabada, faltando-lhe as torres e os corredores laterais.

[34] Informações prestadas verbalmente ao autor, apoiadas em pesquisas documentais.

casa de câmara e cadeia, invalidado pelas decisões do Ato Institucional de 1834, que retirou dos municípios o poder de polícia, entregando-o aos governos provinciais. As obras estariam em curso em 1888 (talvez conduzidas com verbas destinadas ao combate à seca daquele ano), entretanto seguindo novo projeto, agora de plano retangular, como hoje se vê. O edifício atual deve ter sido concluído, ou pelo menos parcialmente remodelado, no começo do século XX, a se julgar tanto pela aparência geral como pelos tipos de esquadrias e dos demais acabamentos.

Quanto ao prédio atual da Secretaria Municipal de Saúde, Vinicius de Barros Leal informa que foi construído para abrigar um Gabinete de Leitura, tendo servido de Delegacia de Polícia[35]. Na segunda metade do século XIX, inúmeras cidades cearenses conheceram Gabinetes de Leitura (bibliotecas com vida cultural), instituições criadas sob influência dos movimentos educacionais e culturais laicos que empolgavam certos setores da Capital (Academia Francesa, Escola Popular e tantos outros). A edificação original deve ter recebido acréscimos ou alterações adaptadoras a novas funções. Preserva, porém, elementos que a podem fazer datar do decênio 1870/1880.

Ainda no que se refere a esse trecho de desenho urbano primitivo, observam-se pequenas variações no alinhamento das casas, este nem sempre absolutamente reto. A traça original de Custódio Francisco de Azevedo também foi ligeiramente alterada com a abertura de uma rua na face sul da praça, objetivando ligá-la ao cemitério de São Miguel, cuja instalação não ficou prevista, pelo menos de modo expresso, quando da ereção da vila. Tanto a praça como a avenida, que nela nasce, **ainda mantêm muitas casas ocupando lotes com medidas de frente ligeiramente iguais aos 30 palmos** (6,60 metros) **estipulados no *Termo de Demarcação e Assignação* da vila**. Esse padrão de larguras, também conhecido em outras vilas cearenses da época, explica o sistema de fenestração das fachadas, de curiosa feição, expressas pelo ritmo porta / janela / porta, em que prevalecem os cheios sobre os vazios.

[35] Informações também prestadas verbalmente ao autor.

Ainda a propósito da grande praça da vila, a Praça da Matriz, como a chamam, devemos buscar suas origens, sem dúvida, nas "praças grandes" das cidades fortificadas, às quais Serrão Pimentel se reportava, ponto de encontro da guarnição à espera de ordens. Entretanto, na realidade, essas praças de referência militar, recomendadas pelo engenheiro português, constituíam reminiscência de um versão espacial civil muito antiga. Remontavam ao fórum romano, distante origem da *Plaza Mayor*, espanhola, ou da *Grand Place* franco-belga. Neste particular, assinale-se que muitas cidades cearenses, nascidas posteriormente à vila de Montemor-o-Novo d'América, incorporaram, como constante urbanística, a grande praça dos projetos setecentistas, popularmente conhecida como o "quadro" da cidade [36].

Por seus próprios vínculos históricos, essa parte antiga da cidade atual foi ocupada pelos integrantes de um patriciado local, em boa parte constituído de proprietários rurais na serra ou seus descendentes. Muitos defendem a permanência dos valores simbólicos da parte urbana primitiva da cidade, não lhes agradando o uso da grande praça para funções de menor prestígio. Isto porque boa área do logradouro, à esquerda da Matriz, está hoje ocupada com equipamento desportivo destinado a adolescentes. Essas instalações, que contrariam os desejos de alguns, não afetam a leitura do espaço, ou melhor, da paisagem como um todo, mas comprometem a imagem de zona secularmente destinada a funções urbanas conspícuas. A praça central, embora diminuída no seu comprimento (em decorrência da inserção da Matriz, da Prefeitura e da antiga Delegacia no seu recinto), ainda se afigura muito ampla[37], particularmente porque emoldurada por edificações térreas.

[36] Ao contrário de Baturité, como já ficou assinalado, a implantação do Icó e do Aracati, vilas erigidas anteriormente, atendeu a determinações gerais, contudo sem vínculos com a traçados geometricamente definidos. Por tal razão, ambas as cidades não contam propriamente com o "quadro", comum em outras cidades cearenses, visto que suas "praças grandes" mostram desenho indeterminado. No Aracati, a praça aliás praticamente sumiu, ocupada com construções recentes.

[37] As dimensões da praça eram desproporcionais à área da vila, definidas por um espaço mais correlacionado com o barroco do que com o renascentismo. Na origem, os lados da praça aproximavam-se da relação 8:5, semelhante ao número áureo, preconizada por Alberti e seus seguidores (ver Benevolo, 1981, p. 141-81).

2ª. fase

A primeira ampliação da área urbana primitiva operou-se em direção a sudeste (o sopé da serra impossibilitava a expansão em sentido contrário), quando a cidade se desenvolveu como centro de coleta e distribuição em meados do século XIX.

A propósito do Baturité da época, Freire Alemão informava em 1861:

> "O assento da cidade [é] arejado e alegre." (Alemão, F. ms. BNRJ) "Os ventos reinantes são sempre do quadrante de leste, que lavam bem a cidade." (id., ib.). "Ouvi calcular-se em 1500 e 2000 o numero de habitantes da villa de Baturité; são em grande parte brancos ou mamelucos; geralmente pobres; ha porem já bastantes sujeitos, que possuem uma fortuna boa para este lugar; mas accumulada principalmente à custa dos lavradores, que emprestam dinheiro com juros, em condições pesadissimas" (id., ib.).

O progresso era evidente, como também se pode inferir das declarações do Senador Pompeu, datadas do mesmo período, conseqüência das relações da serra com a Capital:

> "A serra de Baturité de uma fertilidade proverbial ..... entretem activo commercio com a Fortaleza pela estrada que, depois de reparada, foi reduzida a 15 léguas" (Brasil, T.P.S., 1864, v. 2, p. 164).

E mais:

> "É um povoado que de alguns annos a esta parte vae tomando um notavel crescimento, contando hoje com algumas 400 casas. Promette para o futuro ser um dos pontos mais importantes da provincia." (Brasil, T.P.S., op. cit. p. 166).

O acréscimo urbano então ocorrido ficara caracterizado, dir-se-ia, por rebatimento do trecho espacial antigo, constituindo uma espécie de duplicação que imitava o modelo primitivo. Desenvolvia, pois, malha semelhante à da traça setecentista, semelhança por certo intencional, como se a parte nova buscasse, na extensão, compar-

tilhamento do prestígio da parte antiga. O novo trecho ficou configurado pela aceitação de um eixo diretor, semelhante ao primitivo, isto é, continuado por larga avenida e ruas paralelas, bem como por travessas cortadas em ângulo reto, além de praças.

Um mapa feito pelo citado Freire Alemão, dito "Plano da Cidade de Baturité", datado de 16 de fevereiro de 1861, comprova o aumento da área construída (fig. 2). Oferece, aliás, clara idéia da justaposição dos dois setores, então articulados por meio da igrejinha do Rosário, cujas obras, como já foi mencionado, haviam sido iniciadas no começo do século XIX, mas posteriormente demolida para dar lugar a uma praça cujo nome hoje homenageia Waldemar Falcão (1895-1946), filho da terra e Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas. Balizando o início da zona comercial, essa pracinha, de reduzido espaço, apresentava-se provavelmente sem traçado formal definido, podendo ter servido temporariamente de pequeno "rossio" à vila primitiva.

A zona comercial da cidade, implantada nessa segunda fase de expansão, aparece caracterizada por marcos arquitetônicos pertinentes, embora entremeada de residências. Nela vivem muitos dos imigrados ou seus descendentes, no caso, grupos sociais geralmente com pouco interesse na história da cidade ou em sua preservação material, fato aliás comum em outras cidades cearenses (e brasileiras). Na realidade, esse segundo trecho, acoplado à malha original, veio a encontrar seu centro de agregação espacial e social numa nova praça, ampla, valorizada pela igreja de Santa Luzia, datada de 1879, cuja construção integrou o plano de obras desenvolvido durante a grande seca de 1877-1879. No local, acredita Vinícius de Barros de Leal, haveria sido iniciada em 1869 a construção de um edifício da câmara, com dimensões de "80 palmos em quadro", anteriormente citado, e talvez em parte aproveitado quando da ereção da igreja.

Em termos de paisagem urbana oitocentista, é interessante frisar que Baturité, apesar de centro de coleta e de distribuição de produtos agrícolas, a rigor, não conheceu sobrados (àqueles dias, ergueram-se apenas quatro). Os sobrados, como sabemos, constituíam uma velha tipologia arquitetônica de procedência colonial, caracterizada por dupla função, visto que, em uma edificação única,

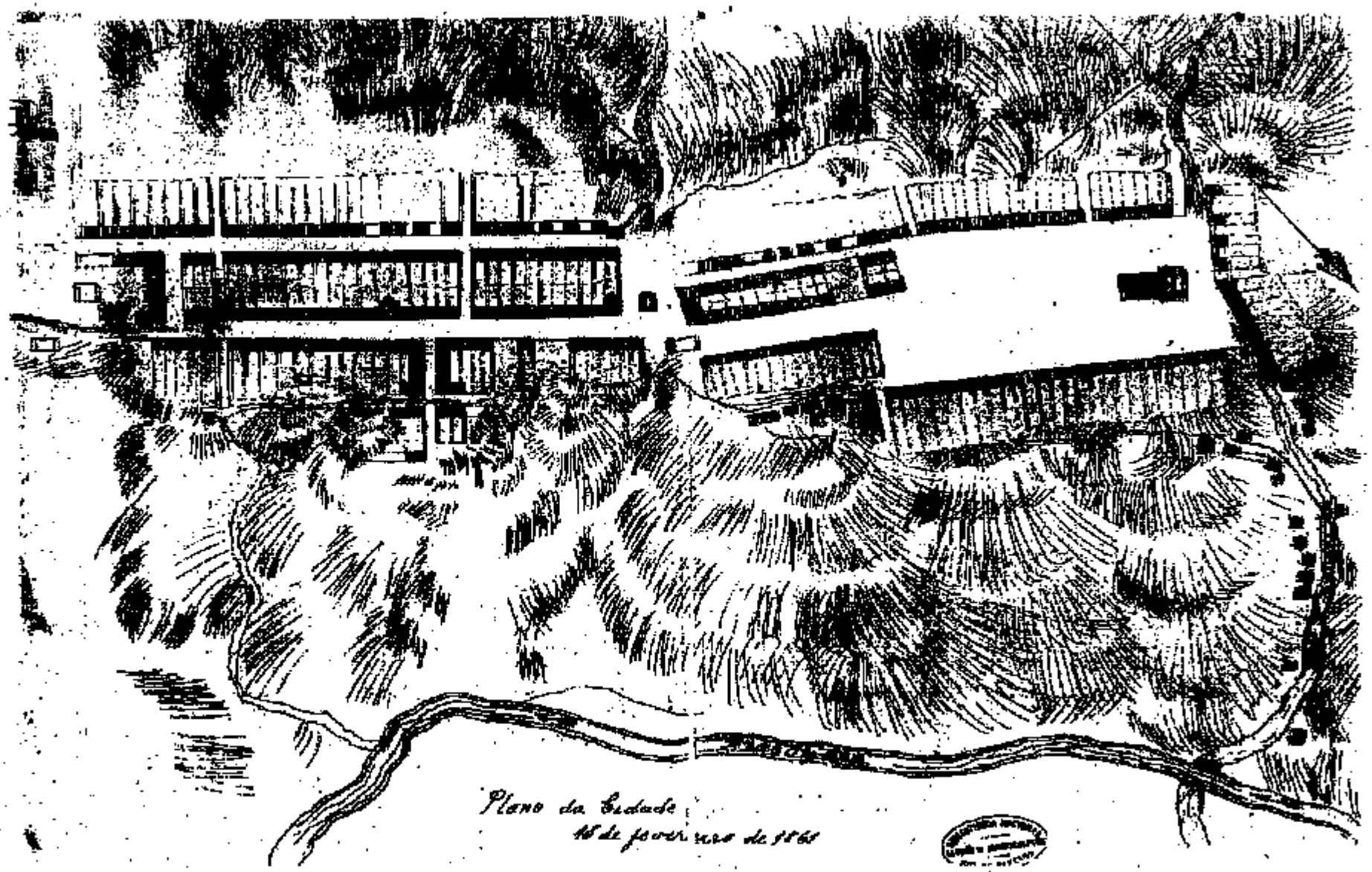

Figura 2 - Plano da Cidade de Baturité, desenhado por Francisco Freire Alemão.
(Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).
Cópia original a lápis, reavivada a tinta pelo autor deste trabalho.

conjugavam morada senhorial urbana, nos altos, e armazém de produtos rurais, no térreo. Fato singular, consideradas a época e as atividades econômicas da cidade, Baturité preferiu dispor isoladamente as casas de morada antigas e as lojas comerciais, obrigando a que funções, de diferentes valores simbólicos, ocupassem edificações distintas, por sua vez, implantadas em áreas separadas. Essa opção arquitetônica redundou numa aparência diferente de outros centros brasileiros de coleta de produtos agrícolas contemporâneos, conferindo à antiga vila de Montemor uma paisagem urbana própria, caracterizada por edificações térreas.

Em 1866, pouco depois da passagem da Comissão Scientifica de Exploração, esteve em Baturité o paulista Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, presidente da Província, nome ilustre, geógrafo conhecido. Cumpria um rápido programa de visitas a localidades próximas da Capital, de que deu contas em palestras realizadas no Rio de Janeiro, em 1872 (Homem de Mello, 1872, p. 80-101). Não lhe agradou a cidade de Baturité, posta em desvantajoso confronto com a serra, cujo progresso das atividades agrícolas, particularmente o plantio do café, causara forte impressão ao gestor da Província. Homem de Mello, abolicionista, tecia em sua fala rasgados elogios ao desenvolvimento material do Ceará, a seu ver, sustentado "por força das cousas e pelos habitos laboriosos da população [livre]", pois, em "diversas fazendas, muitas d'ellas importantes, não havia alli um escravo!". Entusiasmado e recorrendo a estatísticas, a fim de comprovar que era mínimo o número de cativos na Província, Homem de Mello enfatizava que terras do maciço de Baturité,

> "roteadas com tanto cuidado, brotando de seu seio tantos tesouros de abastança, não recolheram uma lagrima; nem ainda o sangue do escravo as tornou estéreis!" (op. cit. p. 84).

Certamente comparava as terras serranas cearenses com as de sua Pindamonhangaba natal, um dos centros do poder escravocrata do vale do rio Paraíba do Sul, no qual já se anunciava acentuada queda na produção do café.

Sobre a cidade de Baturité, eis suas palavras:

"Passei o dia 13 [de dezembro] em Baturité, hospedado na casa do reverendo parocho.

> A cidade tem aspecto de decadencia, que contrista. Poucas casas, todas terreas, acanhadas, e mal construidas. A matriz, unico edificio de importancia, é um templo antigo, sem duvida da epoca da fundação, e sem obra alguma recente, ou de melhoramento posterior.
> Nada accusa aqui a abastança e a prosperidade, que se ostentam nas moradias da serra. Os lavradores alli assistem quasi todo o tempo. (op. cit. p. 84).

A visita de Homem de Mello mal durou um dia, certamente não lhe permitindo apreciar a cidade com mais vagar. A afirmação de que Baturité somente possuía "casas térreas", quer dizer, que não contava com sobrados, pode ser posta em dúvida, pois o "plano" desenhado cinco anos antes por Freire Alemão mostra duas daquelas edificações construídas. De qualquer modo, subentende o especial valor dispensado por um administrador de elevado prestígio nos quadros da burocracia imperial à tipologia arquitetônica dita de sobrados.

Por outro lado, o fato também pode levar a se inferir que os proprietários rurais abastados se reservavam morar no alto da serra, em clima ameno, evitando conviver com o calor da planície, à qual desciam a negócios ou em dias de festa.

Baturité, de meados da década de 60 até os anos finais do século XIX, acompanhava o ritmo geral de desenvolvimento do Ceará, sem dúvida, impulsionado por dois fatos evidentes. Primeiro, o longo período praticamente sem secas, transcorrido entre 1845 e 1877; segundo, os anos da Guerra da Secessão, nos Estados Unidos, de 1861 a 1865, que aumentara fortemente o comércio do algodão com a Inglaterra, temporariamente privada do produto americano. Apesar de enfrentar uma seca devastadora, em 1877/1879 e mais outra em 1888, ainda assim a Província havia conseguido equilibrar-se economicamente.

Como fato singular deve ser mencionada a expressão "os de baixo" com a qual, em dias não muito distantes, grupos imigrados se auto-intitulavam com jocosa ironia contrapondo-se "aos de cima" quer dizer, aos antigos moradores da cidade.

3ª fase

Quando, mais para fins dos oitocentos se impôs nova ampliação urbana, o estreitamento do espigão reduziu a malha a uma

longa rua, destinada a ligar a zona construída com a estação ferroviária, inaugurada em 1882 [38]. A introdução da nova modalidade de transporte era conseqüência direta da intensificação do comércio entre a cidade e a Capital. Os trilhos da Estrada de Ferro de Baturité, contudo, não podiam penetrar na cidade, ou porque esta já estava delineada, ou porque, chegando em ponto mais baixo, teriam de galgar um aclive. Além do mais, e principalmente, porque ainda teriam de cruzar o Putiú em ponte, junto do seu vertedouro em rio maior, o Aracoiaba,[39] obra dispendiosa para os parcos recursos disponíveis.

Esse acidente geográfico obrigou a que a estação ferroviária se localizasse relativamente distante da velha praça delineada por Custódio de Azevedo, induzindo a formação imprevista de um novo bairro, agora de desenho irregular, ditado pela topografia.

Nessa área, ainda hoje em discreta ampliação urbana, instalou-se uma população pobre, ligada a serviços, à produção artesanal ou mesmo a atividades agrícolas de subsistência (fig. 3). A conexão linear, entre a cidade e a estação, ocorreu portanto conforme ocupação definida por um traçado parcialmente irregular, em declive. No setor, há obras novas de arquitetura residencial, sem destaque, todavia sublinhadas por volumosas construções erguidas na primeira metade dos novecentos, sedes de colégios religiosos atraídos à cidade por facilidades que lhes foram dispensadas. Essas edificações maiores formam interessante contraste com as obras de arquitetura anônima, de sorte que o conjunto se valoriza pelo relevo pitoresco do sítio, resultando numa paisagem totalmente diversa das partes antigas.

De modo inadvertido, na continuação desse setor, após a estação ferroviária ou mais precisamente ao longo da rodovia que liga Baturité a Fortaleza (e também em outras saídas), o poder público, especialmente o governo estadual, vem instalando equipa-

[38] Projeto do engenheiro austríaco Henrique Foglare, também autor da estação ferroviária da Capital, de linhas paladianas, e do primeiro prédio sede da Escola Normal (1884), na Praça José de Alencar, vizinho ao Teatro. O edifício da estação de Baturité foi parcialmente ampliado com o acréscimo de um trecho em segundo pavimento.

[39] O Putiú verte no Aracoiaba pouco depois de ultrapassada a ponte (ver nota 13).

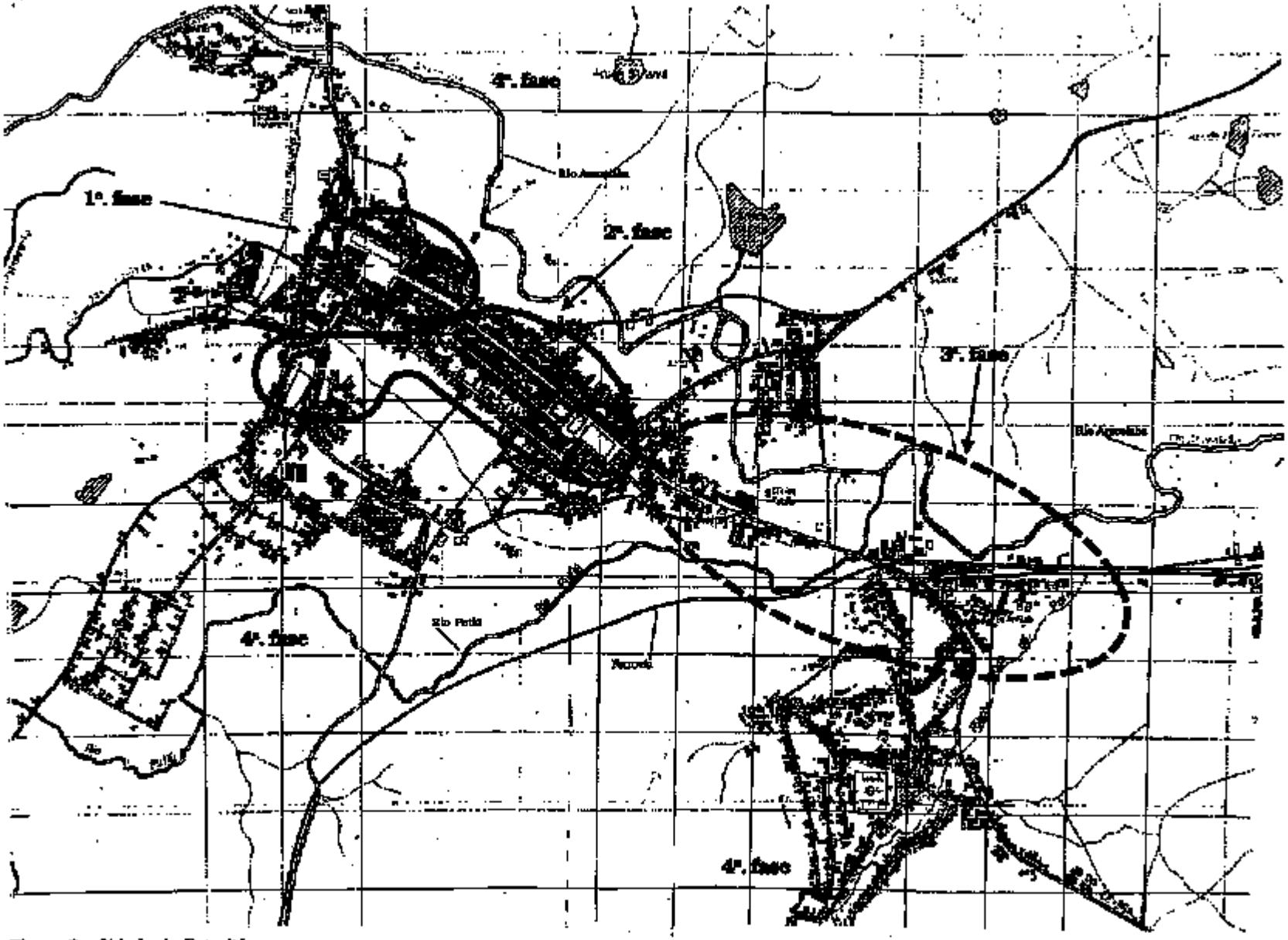

Figura 3 - Cidade de Baturité.
Fases do desenvolvimento urbano, (perímetros aproximados).
Levantamento gráfico - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, 1997.

mentos de serviços (repartições, escolas) que deverão alterar os atuais fluxos urbanos, polarizando atividades novas e esvaziando o centro tradicional da cidade. Obras desse jaez, que adquirem expressiva presença em cidades de menor porte, deveriam ser localizadas nos arredores da parte antiga, vitalizando-a e evitando problemas futuros, como os que ora se presenciam na Capital do Estado. Além do mais, implantadas em pontos distantes, dificultam a acessibilidade dos usuários, penalizados física e economicamente. Como sempre.

***

À guisa de curiosidade e ainda com referência à paisagem urbana, deve-se lembrar que durante esse período, ou melhor dito, durante as décadas centrais dos novecentos, o trecho antigo da cidade (formado nas 1ª. e 2ª. fases) se tornou conhecido no Ceará pelos trabalhos de topiária que lhe embelezavam as praças, exibindo esculturas vegetais de configurações diversas, em bom número, zoomórficas. Efetuadas por hábil jardineiro em árvores de folhagem dócil (*ficus retusa*, dito *ficus benjamin*), reproduziam, ou por alguma via de informação ou por atavismo cultural, práticas paisagísticas desenvolvidas em Portugal, em casas nobres setecentistas, os chamados jardins de buxo (nome de planta), práticas que, em última instância, constituíam versões velhíssimas de formas de adornos vegetais, comuns nos peristilos das vilas romanas.

4ª. fase

Nos arredores meio acidentados da cidade atual, espalham-se populações quase sempre instaladas recentemente, ainda sem peso no processo. Em muitos pontos, a malha, ainda pouco urbanizada, apresenta-se totalmente esgarçada, como aliás é comum nos assentamentos mais pobres, nas favelas (fig. 3).

***

A contagem da população efetuada pelo IBGE em 1996 encontrou na cidade aproximadamente 20 mil habitantes e 30 mil no muni-

cípio. Nos dias atuais, a quase extinção de oferta dos serviços de transportes ferroviários, substituídos pela implantação de rodovias pavimentadas ligando a serra diretamente à Capital, às vezes cruzando a cidade, enfraqueceu sobremaneira a posição de Baturité como centro de coleta, com visíveis prejuízos para o seu desenvolvimento urbano.

Quanto à paisagem urbana baturiteense, a população emite poucas alusões. A bem dizer, todos a admiram vista de longe, do alto dos contrafortes serranos, onde a canícula da planície desaparece, trocada pelo clima de altitude, ameno. Em tal instância, na verdade, valorizam inconscientemente a paisagem natural. O fato é compreensível: reproduz-se em metrópoles, como no Rio de Janeiro, evidentemente, em outra escala[40].

* * *

Como nota final de esclarecimento, vale ressaltar que neste trabalho não se tratou especificamente de arquitetura, sem dúvida um dos componentes básicos da paisagem urbana. Fosse porém o caso, em cidades como Baturité, que viram sua forma urbana definida no século XIX, teríamos necessariamente de examinar determinações constantes dos códigos de posturas então aplicados, em especial no que se referem às fachadas e às calçadas. De qualquer

[40] Paisagens urbanas vistas do alto de montanhas, comparadas com paisagens urbanas tomadas de pontos dentro ou no nível de assentamento geral das cidades, têm despertado a atenção de muitos observadores. Como referência antiga, citem-se as observações confrontativas feitas entre o Rio de Janeiro e Salvador da Bahia pelo Reverendo Daniel Parish Kidder (1815-1891), pastor metodista norte-americano em viagem pelo Brasil em fins do período regencial, no século XIX: "Na verdade, poucas as cidades podem apresentar uma visão de conjunto de maior beleza do que a Bahia, a quem a observar de uma certa distância do mar. Mesmo o Rio de Janeiro dificilmente lhe pode ser comparado" (Kidder, 1941, v. 2, p. 214-5). Estas considerações foram ratificadas pelo Reverendo James Cooley Fletcher (1823 - [1885?]), compatriota de Kidder, que lhe atualizou a obra vinte anos depois (Kidder & Fletcher, 1980, p. 53). Fletcher apenas alterou a expressão "certa distância do mar" para "certa altura sobre o mar", certamente aludindo à contemplação da paisagem feita das encostas ou do alto da escarpa soteropolitana, aliás já então densamente habitada, e cujas cotas mais elevadas se situam nos 60 metros. Baturité pode ser vista de pontos bem mais altos, portanto, com maior amplitude de paisagem.

modo, deve-se esclarecer que, à época, ante o fato de estarem as câmaras municipais obrigadas a submeter suas posturas à aprovação da Assembléia Provincial, as exigências normativas se tornavam praticamente as mesmas para todos os conjuntos urbanos. Isto porque, sempre quando possível, se tomava a legislação vigente na Capital como paradigma, embora com supressão de exigências e com evidentes e compreensíveis concessões no dimensionamento dos espaços e dos elementos arquitetônicos.

Bibliografia

ABREU, Maria Hilsanir Cals de. *Dados biobibliográficos do escritor Carlos Studart Filho*. 2.ed. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1978.

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário* (manuscritos e desenhos arquivados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 187-223, 1938.

BARROS LEAL, Vinicius. Baturité em 1861. *A Verdade*, Baturité, 11.03.1984.

____Conquista e povoamento do maciço de Baturité. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t.86, p.194-7, 1972.

____*História de Baturité;* época colonial. Fortaleza, Secretaria de Cultura, 1981.

BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura del Renacimiento*. Barcelona, Gili, 1981, v.1.

BRAGA, Renato. *Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará*. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1967, B - C.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da Provincia do Ceará*. 2 v. São Luís, B. de Mattos, 1864.

CATÃO, Pedro. Baturité (Subsídio geográfico, histórico e estatístico). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t.51, p.49-63, 1937; t.52, p.179-200, 1938 e t.53, p.155-198, 1939.

CHOROGRAPHIA do Estado do Ceará. Fortaleza, Typ-lithographia a vapor, 1905.

DELSON, Roberta Max. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia.* Planejamento Espacial e Social no Século XVIII. Brasília, Alva-Ciord, 1997 (trad. Fernando de Vasconcelos Pinto).

DOCUMENTO concernente à criação de vigararias de índios, expedido pela Câmara Episcopal de Olinda (5 fev. 1759). *Revista do Instituto do Ceará,* Fortaleza, t. 43 / 44, p. 346-50, 1929/1930.

FRANÇA, José Augusto. *Lisboa Pombalina e Iluminismo.* Lisboa, Bertrand, 1977.

HOLANDA, Francisco de. *Da fabrica que falece à cidade de Lisboa.* Lisboa, Horizonte, 1984.

HOMEM DE MELLO, Francisco Ignacio Marcondes. Excursões pelas Provincias do Ceará, S. Pedro do Sul e S. Paulo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, t. 35, parte 2ª, p. 80-169, 1872.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica* pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Groso e Cuiabá / 1783-1792. 2 v. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1971.

GIRÃO, Raimundo & MARTINS FILHO, Antônio. *O Ceará.* 3. ed. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, [1962]

KIDDER, D. P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil.* São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1980 (trad. Moacir N. Vasconcelos).

KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *O Brasil e os brasileiros.* 2 v. São Paulo, Editora Nacional, 1941 (trad. Edgard Süssekind de Mendonça).

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade.* Lisboa, Gulbenkian, 1992.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal:* Paradoxo do Iluminismo. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996 (trad. Antônio de Pádua Danesi).

MENESES, Luíz Barba Alardo de. Memoria sobre a capitania independente do Ceará grande escripta em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma.... *Revista do Instituto do Ceará,* Fortaleza, t. 11, p. 36-60, 1897.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina.* Correspondência inédita do Governador e Capitão-general do

Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado / 1751- 1759. 3 v. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, v. 2.

NOGUEIRA DA FONSECA, Paulino. Vocabulário indigena em uso na Província do Ceará, com explicações etymologicas, orthographicas, topographicas, historicas, therapeuticas, etc. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 1, p. 209-432, 1887.

PAULET, Antônio José da Silva (atrib.). Descripção geographica abreviada da Capitania do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 10, p. 5-33, 1898.

NOTICIA das Freguezias do Ceará pelo Pe. José de Almeida Machado, nos annos de 1805 a 1806, extrahida d'um livro de Devassas que serviu na Visita. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 16, p.191-205, 1902

PIMENTEL, Luís Serrão. *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha, e outras obras pertencentes a architectura militar*. Lisboa, Antonio Craesbeeck de Mello, 1680.

RECOPILACIÓN de Leyes de los Reynos de las Indias mandadas imprimir, y publicar por la Magestad Catolica del Rey Don Carlos II. Nuestro Señor. 4 v. Madrid, Juan Paredes, 1681 [edição original]. Cópia facsimilar: Madrid, Ediciones Cultura Hispánica, 1973, t. 2.

REGISTRO dos autos de erecção da real villa de Monte-Mór o Novo da America, na capitania do Ceará Grande. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 5, p.82-106 e 265-300, 1891.

SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Coimbra, V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros, 1968.

STUDART FILHO, Carlos. Notas históricas sobre os indígenas cearenses. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 45, p. 53-103, 1931.

STUDART, Guilherme, Barão de. *Datas e Factos para a Historia de Ceará*. 3 v. Fortaleza, Typ. Studart, 1896, v. 1.

——— Ligeiras notas sobre o café no Estado do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 42, p.93-102, 1928.

_____*Notas para a Historia do Ceará* (Segunda metade do século XVIII). Lisboa, Recreio, 1892.

TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil.* Lisboa, Estado Maior do Exército, 1965.

VILLA REAL de Monte-Mor, o Novo d'America ..... (Coord. Miguel Eddy Távora de Arruda). [Baturité ?]: [s.n.], [s.d.].

VITERBO, Francisco Marques de Sousa. *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou a serviço de Portugal.* Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1988 (reprodução fac-similar de exemplar datado de 1904).

Abstract

This work deals with urban landscape. With built landscape rather than natural or represented landscape. It has the purpose of studying the town of Baturité, in the State of Ceará, erected as a former "vila de índios" ('indians village') on april 14th 1764, during the reign of Joseph I. Named as Villa Real de Montemor-o-Novo d'America, it was established according to a regular plan outlined by engineer Custódio Francisco de Azevedo (1700-1784). As probably occurred in this case, similar plans were perhaps influenced by military portuguese engineering propositions in the end years of XVII century. They accomplished the norms of spacial organisation sent out by Minister Sebastião José de Carvalho e Mello, the Marquis of Pombal, whose third centennial flows this year of 1999.

During XX century, although not in decline, the town has been through a slow development. Its expansion process was defined by four different fases. The two initial ones were marked by a regular grid, that became afterwards spontaneous, sometimes climbing up the edge of the neighbouring sierra. In these circumstances, the integrated sensorial apprehension of its urban landscape reaches a special sinchronic and diachronic variety.